



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

MARIA ISABEL VITAL DE CARVALHO

**GESTÃO EDUCACIONAL COMO OBJETO DO DISCURSO:
UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DE TCCs DO GRUPO DE ESTUDOS E
PESQUISA EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**JOÃO PESSOA
2025**

MARIA ISABEL VITAL DE CARVALHO

**GESTÃO EDUCACIONAL COMO OBJETO DO DISCURSO:
UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DE TCCs DO GRUPO DE ESTUDOS E
PESQUISA EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba como requisito complementar para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação do professor Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcantara.

**João Pessoa
2025**

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

C331g Carvalho, Maria Isabel Vital de.

Gestão educacional como objeto do discurso: uma análise sobre a produção de TCCs do grupo de estudos e pesquisa em gestão educacional / Maria Isabel Vital de Carvalho. - João Pessoa, 2025.

58 f. : il.

Orientação: Marcos Angelus Miranda de Alcantara.
Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Gestão educacional. 2. Análise arqueológica do discurso. 3. Produção do conhecimento. I. Alcantara, Marcos Angelus Miranda de. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37.07(043.2)

MARIA ISABEL VITAL DE CARVALHO

GESTÃO EDUCACIONAL COMO OBJETO DO DISCURSO:
UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM
GESTÃO EDUCACIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba como requisito complementar para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação do professor Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcantara.

Aprovado em 10 de outubro de 2025

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcantara
Universidade Federal da Paraíba
CE/DHP - SIAPE 3054964

Prof. Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcantara
DHP/CE/UFPB
Orientador

Prof. Dr. Erenildo João Carlos
DFE/CE/UFPB
Examinador 2

Prof. Dr. Alexandre Macedo Pereira
DHP/CE/UFPB
Examinador 2

Dedico àqueles que vêm me apoiando ao longo da vida ajudando na minha caminhada. Em especial, ao meu esposo Samuell Maranhão, à minha filha Sofia Carvalho Maranhão, aos meus pais Hélio da Costa Carvalho e Maria da Guia Vital de Carvalho, a minha sogra Sandra Maria de A. Maranhão e a minha “bisa” Maria do Carmo A. Maranhão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela vida, pela saúde e pela força para chegar até aqui, e por ter iluminado meu caminho em todos os momentos desta jornada.

À minha família, pelo amor incondicional, apoio constante e incentivo diário, que me deram forças para não desistir diante das dificuldades.

Ao meu orientador, pela paciência, dedicação e contribuições valiosas, que foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Aos professores do Curso, pelos ensinamentos compartilhados ao longo da graduação, que ampliaram meu olhar e contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal.

Aos colegas e amigos, pela parceria, pelas trocas de experiências e pelo companheirismo que tornaram essa caminhada mais leve e significativa.

À instituição de ensino e a todos os que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, deixo aqui minha gratidão.

“O Senhor é bom para todos e as suas misericórdias são sobre todas as suas obras.”

Salmos 145:9

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso investiga a gestão educacional como objeto do discurso, a partir da produção acadêmica do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gestão Educacional (GEPGE). A pesquisa analisa as contribuições da Análise Arqueológica do Discurso (AAD), de Michel Foucault, para compreender o enunciado da gestão educacional. O referencial teórico se apoia nas categorias de discurso e enunciado, entendendo a gestão da educação como fenômeno discursivo em disputa político-pedagógica. De caráter qualitativo, bibliográfico e descritivo, esta pesquisa enquadra-se nos estudos de revisão de literatura. Foram analisados TCCs produzidos entre 2021 e 2025 que utilizaram a AAD como perspectiva teórico-metodológica, produzidos no âmbito do GEPGE, com isso, buscou-se conhecer temas e problemas, identificar as categorias arqueológicas utilizadas e verificar as conclusões alcançadas pelas investigações. Os achados demonstram que a produção do grupo de pesquisa identifica que embora prevista em leis e políticas, a gestão da educação enfrenta contradições e tensões com o discurso neoliberal. Conclui-se que a AAD aprofunda a compreensão crítica da gestão educacional, apresenta limites e potencialidades, fortalece o debate acadêmico e práticas democráticas na escola pública.

Palavras-chave: Gestão Educacional; Análise Arqueológica do Discurso; Produção do Conhecimento.

ABSTRACT

This undergraduate thesis investigates educational management as an object of discourse, based on the academic production of the Educational Management Research and Study Group (GEPGE). The research analyzes the contributions of Michel Foucault's Archaeological Analysis of Discourse (AAD) to understanding the enunciation of educational management. The theoretical framework is grounded in the categories of discourse and enunciation, considering the management of education as a discursive phenomenon within political-pedagogical disputes. Qualitative, bibliographic, and descriptive in nature, this study is framed as a literature review. Undergraduate theses produced between 2021 and 2025 within the scope of GEPGE, which adopted AAD as a theoretical-methodological perspective, were analyzed in order to identify themes and problems, highlight the archaeological categories employed, and examine the conclusions reached by the investigations. The findings show that, although educational management is guaranteed in laws and policies, it continues to face contradictions and tensions with the neoliberal discourse. It is concluded that AAD deepens the critical understanding of educational management, reveals both its limits and potentialities, and strengthens academic debate as well as democratic practices within public schools.

Keywords: Educational Management; Archaeological Analysis of Discourse; Knowledge Production.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAD - Análise Arqueológica do Discurso

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CECAMPE - Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENIC - Encontro de Iniciação Científica

FOGEP - Curso de Formação de Gestores em Educação Popular

GEPDIVE - Grupo de Estudos e Pesquisas Discurso e Imagem Visual em Educação

GEPGE - Grupo de Estudos e Pesquisa em Gestão Educacional

LDB - Lei de diretrizes e bases da educação

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIVIC - Programa Institucional de Voluntariado de Iniciação Científica

PNE - Plano Nacional de Educação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 GESTÃO EDUCACIONAL E AAD: ENTRE A TRAJETÓRIA ACADÊMICA, A RELEVÂNCIA EPISTEMOLÓGICA E SOCIAL.....	13
1.2 O PROBLEMA DA GESTÃO EDUCACIONAL COMO OBJETO DO DISCURSO.....	17
1.3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	19
2 REVISÃO DE LITERATURA SOBRE GESTÃO EDUCACIONAL E ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO DISCURSO: QUESTÕES TEÓRICAS, CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS.....	22
2.1 GESTÃO EDUCACIONAL COMO OBJETO DO DISCURSO TEÓRICO.....	22
2.2 ARQUEOLOGIA COMO PRIMEIRA FASE DO PERCURSO INTELECTUAL DE MICHEL FOUCAULT.....	26
3 GESTÃO EDUCACIONAL À LUZ DA AAD: OBJETOS DE PESQUISA, METODOLOGIA E RESULTADOS.....	35
3.1 GESTÃO EDUCACIONAL: TEMÁTICAS, OBJETOS E PROBLEMAS ARQUEOLÓGICOS.....	35
3.2 OS TCCs EM GESTÃO EDUCACIONAL SOB O CRIVO DA AAD.....	41
3.3 RESULTADOS APONTADOS PELAS PESQUISAS.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	56

APRESENTAÇÃO

O primeiro capítulo apresenta a introdução, situa a escolha da temática a partir da trajetória acadêmica e da relevância social da gestão democrática da educação. Nele, é discutida a problematização que orienta a pesquisa, retomando os principais marcos legais e acadêmicos que consolidaram a gestão democrática como princípio educacional. Além disso, delimita-se o objeto de estudo, formulam-se as questões de pesquisa e determina-se os objetivos que orientaram a investigação, bem como a justificativa para sua pertinência no cenário contemporâneo.

O segundo capítulo dedica-se ao referencial teórico e metodológico, estruturado em dois eixos principais. O primeiro aborda as concepções de gestão educacional, discutindo sua trajetória histórica, com tradições de disputas político-pedagógicas no Brasil. O segundo eixo aborda a Análise Arqueológica do Discurso (AAD), de Michel Foucault, apresentando seu percurso intelectual e as categorias de discurso e enunciado, que orientam a análise. Por fim são descritos os procedimentos metodológicos caracterizando a pesquisa como o estudo do tipo "estado da arte", de caráter bibliográfico e qualitativo.

O terceiro capítulo apresenta e discute os resultados da pesquisa, organizados a partir da análise de quatro trabalhos de conclusão de curso produzidos no GEPGE. Cada TCC é examinado quanto ao tema, problema, objetivos, metodologia e conclusões, evidenciando como a AAD foi aplicada e quais contribuições trouxe para compreender a gestão educacional.

1 INTRODUÇÃO

O Grupo de Estudos e Pesquisa em Gestão Educacional (GEPGE) se apresenta como um espaço estratégico de produção científica e formação de pesquisadores na área de gestão educacional e contempla as seguintes dimensões: a) produção de conhecimento em uma perspectiva crítica; b) formação de pesquisadores em gestão da educação; c) diálogo com a educação básica da rede pública. As pesquisas realizadas pelo grupo podem fornecer dados e análises que auxiliem na formulação e avaliação de políticas públicas, contribuindo para um sistema educacional mais democrático, equitativo, inclusivo e de qualidade.

Desde o ano de 2019, o GEPGE tem se constituído como espaço prioritário de articulação de estudantes de graduação em pedagogia da UFPB com suas pesquisas que visam colaborar com as políticas e práticas de gestão nas escolas da rede pública do estado da Paraíba e dos municípios da região metropolitana de João Pessoa. O grupo teve sua origem a partir da participação no Grupo de Estudos e Pesquisa em Discurso e Imagem Visual em Educação, ampliando posteriormente seu campo de investigação para as temáticas relacionadas à gestão educacional. Em termos de estrutura institucional, desde o ano de 2024, o grupo está cadastrado no diretório do CNPq e atualmente desenvolve dois projetos de pesquisa vinculados ao Edital 04/2025/PIBIC/CNPq da UFPB com duas bolsas PIBIC e três PIVIC para o desenvolvimento dos planos de trabalho. Suas atividades são desenvolvidas no Ambiente dos Professores 02, no Centro de Educação e no laboratório de informática.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) é uma iniciativa voltada à inserção de estudantes de graduação no meio acadêmico-científico, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de habilidades investigativas e a formação de novos pesquisadores. Consolidado nas universidades brasileiras como um importante instrumento de incentivo à pesquisa, o PIBIC promove a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, permitindo que o estudante vivencie todas as etapas do processo científico. Para o curso de Pedagogia, sua relevância está na formação do pedagogo como sujeito reflexivo e crítico, capaz de analisar práticas educacionais, compreender teorias pedagógicas e contribuir com a produção de conhecimento no campo educacional.

As primeiras produções são originárias do Curso de Formação de Gestores em Educação Popular (FOGEP), uma ação de extensão desenvolvida entre os anos de 2019 e 2020. Dessa experiência, alguns artigos científicos foram publicados em periódicos de circulação nacional e alguns capítulos de livros. Em termos teórico-metodológicos, sua

produção foi se diversificando e algumas investigações começaram a ser desenvolvidas a partir de projetos de Iniciação Científica. Do ano de 2020 até 2025 são oito artigos publicados em periódicos, dois livros organizados, oito capítulos de livros e treze trabalhos de conclusão de curso. Toda essa produção do GEPGE está articulada em torno da problemática da gestão educacional.

Esta pesquisa se debruça em torno da produção do GEPGE, todavia o faz a partir de uma delimitação específica, a saber: os trabalhos de conclusão de curso sobre gestão educacional que tomam a Análise Arqueológica do Discurso (AAD) como abordagem teórico-metodológica. Nessa perspectiva, este capítulo introdutório objetiva em primeiro lugar justificar essa delimitação e em seguida dialogar com a produção acadêmica do Curso de Pedagogia no intuito de melhor delimitar o problema de pesquisa.

1.1 GESTÃO EDUCACIONAL E AAD: ENTRE A TRAJETÓRIA ACADÊMICA, A RELEVÂNCIA EPISTEMOLÓGICA E SOCIAL

O interesse pela temática da gestão educacional, teve início a partir das disciplinas de gestão educacional e estágio em gestão educacional, que foram de imensa importância para a escolha da temática deste trabalho. Na disciplina de gestão educacional estudamos modelos organizacionais de escola e formas de gestão, gestão educacional e desafios do cotidiano escolar, além da gestão democrática e participação popular. A partir desses temas tivemos acesso a textos fundamentais para minha formação acadêmica, a saber: *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia: docência, gestão e pesquisa* (Evangelista e Triches, 2008), *Administração Empresarial e a Contribuição para a Definição da Administração Escolar* (Eggers, 2016), *Política Educacional: contexto e significados* (Neto, 2016), entre outros.

No estágio em Gestão Educacional, após algumas aulas introdutórias e orientações fomos trabalhar em um grupo, de início escolhemos uma instituição para estagiar, em seguida desenvolvemos um plano de trabalho que tinha como objeto de pesquisa o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Este trabalho foi desenvolvido a partir das leituras dos textos: *Gestão Democrática da Escola Pública* (Paro, 2005), *A “observação participante” na pesquisa de campo em Educação* (Marques, 2016), *Estágio e Docência: diferentes concepções* (Pimenta, 2006), material em vídeo do CECAMPE, etc. Em conjunto com os colegas traçamos como objetivo da pesquisa: conhecer como a gestão da escola/campo

desenvolve a relação entre o PDDE e Gestão Democrática. Dessa forma, tivemos o total de seis (6) visitas à escola/campo, encontrando com a gestora da escola para conseguir resultados para nossas questões e vendo de perto como é o trabalho da gestão escolar.

Em seguida, procurei outros meios de continuar os estudos no campo da gestão educacional. Ingressei no GEPGE (como ouvinte) e no projeto de pesquisa em gestão educacional. A participação, como voluntária, enriqueceu a construção de conhecimento no processo da graduação e também para futuros estudos pretendidos. A jornada no grupo de estudos se iniciou com reuniões no turno da tarde com o professor Marcos e mais uma colega, pois o restante do grupo se reunia à noite, como eu e a outra colega não tínhamos disponibilidade o professor nos ajudou dessa maneira, para que continuassem os estudos.

Os estudos desenvolvidos no grupo nos ajudaram posteriormente a compreender melhor a AAD. Nas reuniões discutimos conteúdos que embasam a abordagem teórico-metodológica do projeto, como o que é signo e como este se apresenta no discurso e enunciado, o que é discurso e enunciado para Foucault etc. Além disso, estudamos textos como *Análise Arqueológica do Discurso: uma alternativa de investigação na Educação de Jovens e Adultos (EJA)* (Alcantara e Carlos, 2013), *Elementos para uma Teoria Enunciativa da Educação Popular* (Alcantara, 2017), produzidos no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Discurso e Imagem Visual em Educação (GEPDIVE), entre outros textos que são relevantes para compreendermos o desenvolvimento metodológico da abordagem foucaultiana nas pesquisas em educação.

Após passar pelo processo seletivo para participar do Projeto PIBIC, que tinha como título *O Enunciado da Gestão Educacional na Ordem do discurso neoliberal*, constituído por quatro (4) planos de trabalho, encarreguei-me do plano de trabalho *Discurso e Enunciado como categorias foucaultianas para análise da Gestão Educacional*, como voluntária. Esse plano visava aprofundar os estudos que embasam os demais planos, com isso lemos: *A Arqueologia do Saber* (Foucault, 2008), *As Palavras e as Coisas* (Foucault, 1990) e *História da Sexualidade I* (Foucault, 1999). O plano de trabalho tinha os seguintes objetivos: situar a Análise Arqueológica do Discurso no percurso intelectual de Michel de Foucault; verificar as possibilidades teórico-metodológicas da Análise Arqueológica do Discurso para a pesquisa em educação e em gestão educacional; sistematizar o modo como as categorias foucaultianas discurso e enunciado podem contribuir para se conhecer os mecanismos que o discurso neoliberal lança mão para interditar o enunciado da gestão democrática da educação.

Tendo como metodologia a AAD, conforme Alcantara e Carlos (2013), utilizamos três procedimentos metodológicos principais, os quais correspondem a diferentes fases ou etapas do processo de produção: 1 mapeamento dos documentos, 2 escavação da zona do discurso, 3 análise e descrição dos enunciados. Dessa forma, a primeira fase do trabalho, de certo modo já estava delineada, uma vez que os três livros que demarcam a abordagem arqueológica no percurso intelectual de Foucault já estavam definidos. A maior parte do trabalho neste plano estava concentrado nas fases 2 e 3. Na fase 2 realizamos leituras que não objetivaram realizar apenas resumos e fichamentos. Essas estratégias de estudo serviram para subsidiar a análise, propriamente dita: identificar, através de ideias, palavras-chave e expressões que elucidem as noções foucaultianas de discurso e enunciado. Como resultados do projeto conseguimos encontrar inúmeros fragmentos com as palavras-chave “enunciado” e “discurso” soterrados nos textos de Michel Foucault, já citados acima, além disso foi possível categorizar esses achados.

A fase 3 da pesquisa foi desenvolvida numa nova versão do Projeto, que na condição de bolsista, responsável pelo plano de trabalho *Contribuições dos conceitos Foucaultianos Discurso E Enunciado para análise da Gestão Educacional* que é a continuidade do anterior. Neste caso, em específico, a ideia foi analisar e descrever os achados, tendo em vista não simplesmente repetir o que está nos textos, mas explicar como Michel Foucault constrói a sua arqueologia por meio das noções de discurso e enunciado, e apontar como o emprego dessas noções podem contribuir na análise do modo como ocorre a elisão do enunciado da gestão democrática na ordem do discurso neoliberal.

Ao participar do projeto, assisti a apresentações de trabalhos de conclusão de curso e teses, também foi possível apresentar trabalhos no ENIC, na Mostra CE e outros eventos. Essa dinâmica da pesquisa, dos eventos, da produção escrita me aproximou da abordagem foucaultiana e despertou o interesse em analisar como a AAD tem sido utilizada no próprio grupo de pesquisa. Em outras palavras, a questão-problema começou a ser delineada, embora ainda carecesse de maior definição: como a AAD tem contribuído nas pesquisas sobre gestão educacional?

Do ponto de vista político-pedagógico, tomo como ponto de partida o Art. 6º da Constituição Federal, que afirma: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Brasil, 1988). Outros dispositivos também reforçam a educação como um direito de todos, e trazem a educação como um dos

elementos essenciais para o desenvolvimento individual e coletivo dos cidadãos. Dessa forma, a educação não é um privilégio, mas um direito de todos e o atingir de seus objetivos é de imensa importância para construção de uma sociedade igualitária e democrática.

O princípio da gestão democrática da educação no Brasil é fundamentado na Constituição Federal, na lei de diretrizes e bases da educação (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE - 2001 e 2014), que destacam a importância da participação ativa de todos os envolvidos no processo educativo, como professores, estudantes, pais e a comunidade local. Essa abordagem visa garantir maior transparência e qualidade no ensino, com a colaboração entre os diferentes atores educacionais.

A lei 14.644/2023, por exemplo, reforça a necessidade de participação da comunidade escolar através de conselhos escolares e fóruns, buscando democratizar a gestão das escolas públicas e garantir a qualidade do ensino. O PNE também enfatiza a gestão democrática como uma diretriz central, com estratégias que incluem a alta avaliação contínua das escolas, a formação continuada dos profissionais de educação e a transferência direta de recursos financeiros para garantir maior autonomia e transparência nas decisões educacionais.

No campo acadêmico-científico, observa-se que os trabalhos de conclusão de curso voltados à gestão educacional apresentam contribuições relevantes, porém pontuais e de caráter teórico-metodológico bastante diversificado. A análise de produções já realizadas evidencia essa pluralidade: alguns estudos priorizam a gestão democrática em diferentes contextos como na educação infantil (Souza, 2023), na educação de jovens e adultos (Santana, 2020; Rodrigues, 2021; Maciel, 2023), ou ainda no âmbito da qualidade social da escola pública (Silva, 2020). Outros voltam-se para questões específicas que atravessam a gestão escolar, como a formação de gestores a partir da extensão universitária (Belo, 2021), a participação da comunidade (Macedo, 2021), as relações de poder no espaço escolar (Almeida, 2021) ou desafios relacionados à educação sexual (Silva, 2021).

Essa diversidade demonstra que o tema da gestão educacional é amplo e multifacetado, sendo abordado sobre perspectivas político-pedagógicas (Leal, 2024), histórico-sociais (de Souza 2023, ao analisar a campanha de pé no chão também se aprende a ler) e práticas de atuação cotidiana dos gestores (Dantas, 2020) no entanto, justamente por apresentar em recortes específicos, esses estudos não esgotam as possibilidades de análise sobre a gestão democrática no discurso educacional.

Dessa forma, a presente pesquisa se insere nesse cenário acadêmico como uma contribuição singular. Ao dialogar com produções anteriores, busca ampliar a compreensão da

gestão educacional não apenas como prática administrativa ou pedagógica, mas como um campo de disputas discursivas, políticas e sociais. Assim, oferece subsídios tanto para a formação de profissionais da educação quanto para o fortalecimento de práticas de gestão democrática, colaborando com a construção de uma escola pública mais crítica, participativa e socialmente referenciada.

1.2 O PROBLEMA DA GESTÃO EDUCACIONAL COMO OBJETO DO DISCURSO

Discutir a gestão democrática na educação continua sendo um tema central porque, mesmo após mais de três décadas da constituição de 1988, esse princípio ainda enfrenta desafios na prática escolar. Muitas escolas ainda funcionam como uma cultura organizacional marcada pelo autoritarismo, pela centralização das decisões e pela dificuldade de envolver a comunidade nos processos de participação. Além disso, o cenário educacional brasileiro é constantemente atravessado por disputas políticas e ideológicas que afetam diretamente o modo como a gestão democrática é entendida.

A gestão da educação é discutida na educação brasileira desde a primeira metade do Século XX. Na Constituição Federal de 1988 o discurso político se reconfigura juridicamente e assume uma perspectiva democrática, aparecendo tanto nos documentos legais quanto em pesquisas acadêmicas diversas, como em: Sander (2009), Luck (2009), Lima *et. al.* (2011), Paro (2018) entre outros. Considerando a diversidade de abordagens e de objetos de pesquisa nos TCCs produzidos no âmbito do Curso de Pedagogia da UFPB/CE, selecionamos três produções, que se destacam por sua aproximação com esta pesquisa.

Silva (2020) tratou da *gestão democrática como contribuição para uma escola pública de qualidade social*. Sua questão central foi compreender como a gestão pode colaborar para a construção dessa qualidade. O objetivo foi refletir sobre a relação entre gestão democrática e qualidade social da escola, a partir de pesquisa bibliográfica e documental. A conclusão alcançada foi que a gestão democrática, baseada em participação coletiva, descentralização do poder e autonomia, é fundamental para superar práticas autoritárias e individualistas, fortalecendo a escola pública como espaço de transformação social.

Rodrigues (2021) investigou a *gestão democrática e a educação de jovens e adultos (EJA) no plano municipal de educação de João Pessoa (2015-2025)*. A questão que orientou o trabalho foi: como se articulam os correlatos enunciativos entre a gestão democrática e a EJA nesse documento. O objetivo foi escavar os enunciados que circulam na rede documental que sustenta essa relação, com base na AAD. Como conclusão, Rodrigues (2021) destacou que gestão democrática e EJA aparecem vinculadas às seguintes iniciativas como o conhecimento, o campo político-pedagógico e os sujeitos da escola pública, reafirmando a educação como direito universal e condição de cidadania.

Por sua vez, o estudo de Leal (2024), teve como objeto *o enunciado da gestão educacional na ordem de discurso político pedagógico*. A autora analisou como esse enunciado passa a operar discursivamente pós-Constituição de 1988 e utilizou a análise arqueológica do discurso (AAD) como método. O objetivo foi mapear os documentos legais e pedagógicos que dão materialidade à gestão democrática e analisar suas séries enunciativas. Como conclusão, Leal evidenciou que a gestão democrática aparece sustentada por três séries enunciativas principais: a legalidade política, política-educacional e a pedagógico-escolar que se retroalimentam, reforçando o discurso da gestão democrática no ensino público.

Apesar das contribuições desses trabalhos, ainda existem lacunas quanto ao entendimento de como a gestão educacional tem sido analisada a partir da perspectiva da AAD. Cada pesquisa traz recortes específicos, mas é preciso compreender melhor que contribuições a aplicação desse método trouxe para o estudo da gestão educacional, como esses trabalhos articulam teoria e prática e de que maneira as conclusões alcançadas ajudam a repensar a questão da democracia nas escolas.

Nesse sentido, a problematização que guia esta pesquisa é: que contribuições a AAD vem trazendo para compreender as dinâmicas da gestão educacional nos trabalhos do grupo? De que forma os estudos analisados articulam dimensão teórica da AAD com práticas e reflexões sobre gestão educacional? A partir dessas questões, objetiva especificamente: conhecer os temas e problemas abordados nos trabalhos do grupo; identificar as categorias arqueológicas utilizadas; e verificar as conclusões produzidas nessas investigações.

Portanto, estudar a gestão educacional com base na AAD é importante hoje porque possibilita uma leitura crítica sobre como esse princípio é sustentado discursivamente, como se expressa nas pesquisas e quais caminhos podemos apontar para fortalecer a escola pública.

1.3 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa caracteriza-se como revisão de literatura com caráter bibliográfico e qualitativo. Acerca desse tipo de pesquisa, Ferreira (2002, p. 258) diz que:

definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

Assim, esta pesquisa se aproxima dos estudos do tipo “estado da arte” e “estado do conhecimento”, que fazem parte da revisão bibliográfica, todavia se distingue, dado seu alcance, sua amostragem mais restrita à produção de um grupo de pesquisa. Esse tipo de estudo busca analisar a produção já existente sobre uma temática ou metodologia específica, indo além de apenas levantar e ler os trabalhos. O objetivo é consolidar o que já foi produzido em uma determinada área, de forma mais ampla ou específica, tanto no aspecto quantitativo (em relação à quantidade e abrangência dos trabalhos) quanto no aspecto qualitativo (no que diz respeito às análises, reflexões e contribuições feitas pelos autores). Nesse sentido, esse tipo de investigação permite organizar melhor o conhecimento e compreender os avanços e desafios que ainda permanecem na área (Medina, 1998; Ferreira, 2002).

Conforme a definição de Gil (2008) considera-se pesquisa bibliográfica, uma vez que se fundamenta em materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e outros documentos acadêmicos relacionados ao tema em estudo. Esse tipo de investigação tem como finalidade reunir, analisar e discutir o conhecimento já produzido, permitindo construir uma visão crítica e sistematizada acerca do objeto pesquisado. Nesse sentido, as fontes utilizadas nesta pesquisa foram localizadas em repositórios acadêmicos, por meio das palavras-chave “gestão educacional” e “gestão democrática”.

Foram definidos os seguintes critérios de inclusão: TCCs sobre gestão educacional, orientados no âmbito do GEPGE, fundamentados teórica e metodologicamente na AAD, defendidos entre os anos de 2020 e 2025. De acordo com Gil (2008, p. 68) a localização das

fontes “em virtude da ampla disseminação de materiais bibliográficos em formato eletrônico, assume grande importância na pesquisa feita por meio de bases de dados e sistemas de busca” As fontes desta pesquisa foram localizadas a partir de consulta ao repositório acadêmico da UFPB, possibilitando o acesso aos textos-fonte. O que constitui o que Gil (2008) considera pesquisa com sistemas de busca, que é feita por meio de palavras-chave e de filtros.

Tendo em vista os critérios apresentados, a pesquisa delimitou sua análise a quatro TCCs que se fundamentaram na Análise Arqueológica do Discurso (AAD), a saber: (1) *O enunciado da gestão educacional na ordem do discurso político-pedagógico* (Leal, 2024); (2) *A gestão democrática e a educação de jovens e adultos no Plano Municipal de Educação de João Pessoa (2015-2025): correlatos enunciativos* (Rodrigues, 2021); (3) *O discurso ideopolítico neoliberal da negação do princípio da gestão democrática da educação* (Cândido, 2024); e (4) *Cooperativismo, empreendedorismo e racionalidade como mecanismos discursivos neoliberais para interdição do enunciado da gestão democrática da educação* (Machado, 2025).

No exame desse material, busca-se conhecer os temas e problemas abordados, identificar os conceitos arqueológicos utilizados e verificar as conclusões alcançadas pelas investigações. A relevância desta pesquisa se ancora no fato de que ainda são escassos os estudos que articulam a Análise Arqueológica do Discurso (AAD) com a gestão educacional, especialmente no campo da Pedagogia. Embora existam diversas investigações sobre gestão democrática e políticas educacionais, poucas exploram em profundidade como a AAD pode contribuir para compreender os mecanismos discursivos que atravessam a produção acadêmica e as práticas de gestão. Nesse sentido, o trabalho se propõe a preencher uma lacuna importante, ao sistematizar, analisar e discutir produções que já utilizaram esse referencial teórico-metodológico, possibilitando reconhecer seus alcances, limites e potenciais para futuras pesquisas.

O desenvolvimento da pesquisa seguiu as etapas propostas por Gil (2008), que entende que a leitura do material para fins de pesquisa bibliográfica deve atender a três objetivos principais: **a)** identificar as informações e os dados constantes das obras; **b)** estabelecer relações entre essas informações e o problema proposto; e **c)** analisar a consistência das informações e dados apresentados pelos autores (p. 77).

Nesse processo, foram utilizados diferentes tipos de leitura, em função do avanço da pesquisa:

1. **Leitura exploratória**, cujo objetivo é verificar em que medida a obra consultada interessa à pesquisa. Essa leitura, é comparada por Gil (2008) a uma “expedição de reconhecimento”, envolve o exame da folha de rosto, índices, bibliografia, notas de rodapé, introdução, prefácio, conclusões e até as orelhas dos livros, permitindo ter uma visão global da obra e de sua utilidade.
2. **Leitura seletiva**, que consiste na determinação do material que de fato interessa à pesquisa, exigindo clareza nos objetivos para evitar textos irrelevantes ao problema investigado.
3. **Leitura analítica**, que pressupõe a leitura integral da obra ou texto selecionado, a identificação das ideias-chave, sua hierarquização e, por fim, a síntese, favorecendo a compreensão aprofundada.
4. **Leitura interpretativa**, destinada a relacionar o que o autor afirma com o problema de pesquisa e as possíveis soluções apontadas.

Seguindo essas etapas, a pesquisa busca organizar e descrever de forma crítica as informações coletadas, construindo, assim, uma base teórica consistente para sustentar as análises e reflexões que serão apresentadas no capítulo seguinte.

2 REVISÃO DE LITERATURA SOBRE GESTÃO EDUCACIONAL E ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO DISCURSO: QUESTÕES TEÓRICAS, CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

2.1 GESTÃO EDUCACIONAL COMO OBJETO DO DISCURSO TEÓRICO

Sander (2009) discute algumas concepções de gestão educacional, tendo como cenário histórico o Brasil, onde estas concepções muitas vezes se contradizem por refletir em uma perspectiva política e cultural do país, tendo em vista suas relações com outros países. A partir da revolução industrial houve a consolidação dos estudos sistemáticos da administração apesar dessa prática ser considerada milenar, vem se buscando conhecimentos sobre administração pública e de negócios e na gestão da educação em todo o mundo.

Nos limitando ao recorte histórico da revolução industrial, Sander (2009) recorda discussões das tradições e contradições de três momentos que marcam a trajetória do conhecimento em matéria de gestão da educação, a saber: o momento da construção, o momento da desconstrução e o momento de reconstrução. Dessa forma, as concepções de gestão da educação se baseiam em diferentes filosofias sociais elaboradas por diferentes visões políticas e culturais nacionais e ainda sob os vínculos de interdependência internacional. Se destacam como grandes tradições filosóficas (1) a tradição do consenso, com origem nas ideias positivistas e evolucionistas de Comte e Spencer, e a (2) tradição do conflito, que tem suas raízes nas teorias críticas e libertares do marxismo, da fenomenologia do existencialismo e do anarquismo. É nesse cenário que se insere a gênese do estudo sistemático da trajetória do conhecimento dos campos de administração pública e empresarial e da gestão da educação.

No primeiro momento a sistematização do conhecimento do campo da administração surge no século XIX e se estabelece no século XX, com as teorias de Taylor, Fayol, Weber e Gulick e Urwick, que lançam as bases da administração na Europa e nos Estados Unidos da América. Com isso, esse momento tem como característica a eficiência econômica, a produtividade a qualquer custo e tecnoburocracia como sistema de organização. Além disso, as necessidades humanas, os valores éticos são deixados de lado. Em contrapartida, a construção comportamental tem como critério central a eficácia, disputando espaços na

empresa, no setor público e na educação, pensando em transpor as barreiras políticas e culturais, além da dimensão humana que estava desvalorizada.

Na primeira metade do século XX emerge a primeira disputa de distintas concepções e gestão educacional no âmbito interno da tradição positivista do consenso. Onde o modelo ideográfico ou comportamental de gestão, de natureza psicossociológica se opõe ao modelo nomotético¹ ou burocrático. Conforme Sander (2009, p. 71), “no Brasil, o modelo nomotético de gestão burocrática e de recursos humanos para o desenvolvimento encontrou o terreno propício dos governos militares das décadas de 1960 e 1970”. Assim, a gestão técnico racional do Estado assumiu características de um modelo-máquina que tem as suas prioridades em economia, produtividade e eficiência.

Isso influenciou diretamente o sistema de gestão da educação no Brasil. Foi onde surgiram os primeiros modelos dedutivos e de práticas normativas da gestão escolar, demonstrando que as prioridades eram de “[...] manutenção e reprodução estrutural e cultural na organização escolar na gestão política institucional de sistemas de ensino” (Sander, 2009, p. 71). Isso resultou em um modelo rígido na organização estrutural e cultural da escola na gestão de sistemas de ensino, foram requisitos formais da gestão nesse período: a ordem, disciplina, controle centralizado e uniformização de princípios e práticas. Esses princípios vieram refletir na produção intelectual de muitos teóricos nas décadas de 1930 a 1960. Anísio Teixeira, Florestan Fernandes e Lourenço Filho foram exceções na produção acadêmica da época e prepararam um caminho para o novo movimento no campo da gestão da educação, que só se consolidou nas décadas seguintes. O que antes era um campo restrito da pedagogia passou a ser estudado no contexto mais amplo das Ciências Sociais.

As décadas de 1970, 1980 e 1990 marcaram uma renovada inquietação intelectual no Brasil, envolvendo teóricos de diversas formações. Esses autores introduziram concepções inovadoras, muitas vezes distantes das abordagens tradicionais da educação. Para os teóricos críticos, as perspectivas convencionais de gestão eram insuficientes para explicar adequadamente os fenômenos de poder, ideologia, mudança, bem como as contradições e disputas que caracterizam os atos e fatos educacionais na sociedade contemporânea. Além disso, esses autores enfatizam o compromisso político da vanguarda teórica com a promoção da qualidade da educação como fator central para a melhoria da qualidade de vida humana, implicando uma preocupação com a emancipação individual e a transformação social.

¹ Proposição de legislação.

Conforme Vitor Paro (1998), os últimos anos da escola pública a partir da perspectiva de intelectuais, que antes criticavam o ensino oferecido pelo Estado e depois passaram a afirmar que se já estava alcançada a quantidade necessária de escolas para atender a população em idade escolar, assim estaria faltando apenas melhorar a qualidade do ensino. Porém, Paro (1998) reflete que de nada vale a quantidade sem qualidade. Continua dizendo que quanto a esta quantidade que o governo tanto se orgulha é considerável indagar o que o Estado está ofertando, como exemplo ele cita a falta de material, edifícios em condições precárias de funcionamento, funcionários e professores sem reconhecimento de seu importante trabalho, nem mesmo reconhecimento salarial, entre outras circunstâncias do cotidiano das escolas públicas.

Então, para entendermos o que seria a educação de qualidade, Paro (1998, p. 2) destaca em sua obra que a educação é “apropriação do saber historicamente produzido”, dessa forma é da educação a responsabilidade de passar para as próximas gerações esses saberes, para que não se percam, para aprender com o passado e não viver em uma situação primitiva ou retrógrada.

Paro (1998) diz que é complexo este conceito de educação do homem histórico, que se vê como o criador de sua própria “humanidade” pelo trabalho. Porque o homem não se contenta com a satisfação das necessidades naturais como os demais animais, precisa sempre de mais. É que o homem deseja estar bem: “não importa viver, mas viver bem” (Paro, 1998, p. 2) O homem está em constante busca pelo bem viver e o trabalho é um instrumento para alcançá-lo. Esses aspectos são importantes para entendermos a formação humana e o papel da escola, que não é apenas formar para o trabalho ou para entrar na universidade, na verdade, a escola deve formar o sujeito para a vida, para o viver bem. Além disso, que nela seja estimulado e propiciado este bem viver, a escola deve ser um local prazeroso.

Paro (1998) discute que a escola não tem um padrão de qualidade como outros bens e serviços, talvez por aferir essa qualidade por meio de índices de aprovação, testes e provas. Se levarmos em consideração que os efeitos da educação para um indivíduo pode se estender por toda a sua vida, como disse Paro (1998, p. 3): “na escola, a garantia de qualidade de um bom produto só se pode dar garantindo-se um bom processo”. E o produto da escola é o próprio educando, que no processo se transforma num novo produto que se quer realizar. Melhor dizendo, o produto do trabalho que é realizado na escola é o aluno educado ou enquanto está ativo de educação que se objetivou alcançar no processo. Portanto, a produtividade da escola

é medida pela concretização da aprendizagem do aluno sobre o saber historicamente produzido.

Sobre a gestão democrática, Paro (1998) reflete, que é comum confundir gestão ou Administração com chefia e controle do trabalho dos outros. Porém, nos aprofundando no conceito, administração que é o que Paro (1998) usa como sinônimo de gestão, é definida pelo autor, como: “utilização racional de recursos para a realização de determinados fins” (Paro, 1998, p.4).

Esta ideia de administração como mediadora acarreta em duas consequências: a primeira é a possibilidade de identificação das medidas ou atividades que não objetivam os fins para que deveriam servir. Seriam práticas inúteis, pois se tornam fins em si. Segundo Vázquez (*apud* Paro, 1998, p. 4) chamou de práticas burocratizadas; a segunda consequência é que por seu caráter mediador, administração pode ter variados objetivos, mas não quer dizer que toda administração seja igual. Pois a administração movimenta-se para atender aos métodos, conteúdos de seus meios e a objetivos que pretende alcançar, diferenciando-se a depender dos seus objetivos.

Dessa forma a gestão educacional da Escola básica deve dar-se pelas atividades-meio, que seriam: a direção, serviços de secretaria, assistência ao corpo escolar, atividades, zeladoria, vigilância, atendimento de alunos e pais, entre outros. Esta gestão é promovida também pela atividade-fim: que é a relação de ensino-aprendizagem. Se isso não acontece, se perde os objetivos almejados.

De acordo com a divisão social do trabalho, a escola é responsável por produzir um bem ou serviço desejável e útil à sociedade. Este produto deve ter exigências de qualidade, porém, os indivíduos que lidam diretamente com a educação em nossas escolas, os usuários e contribuintes, pouco conhecem sobre a utilidade e o que deve se exigir da escola.

A partir disso o Paro (1998) faz uma crítica aos ideais da escola tradicional que ainda permanecem ativos. A escola continua preparando o indivíduo para o mercado de trabalho ou para o ingresso na universidade, administração escolar baseada em aprovar os alunos em testes, como se os alunos estivessem lá não para aprender o saber historicamente produzido, mas para serem treinados para passar em exames, vestibulares e “provões”. Entretanto, se o objetivo da escola é preparar para o bem viver, esta deve ser coerente ao oferecer meios para tal, que atualmente são privilégios de poucos.

Por isso, é necessário ir de encontro a gestão gerencial que é uma tendência atual de reduzir a gestão escolar a uma administração gerencial capitalista. De acordo com essa

concepção, treinar incansavelmente os diretores ensinando técnicas do mercado ressolveria todos os problemas da Educação. É preciso levar em consideração a origem dos problemas da Educação, que se trata da falta de providência do Estado para ofertar o mínimo que seria um ensino de qualidade. Conforme Paro (1998, p. 5), “não é possível administração competente de recursos se não há recursos para serem administrados”.

Como o princípio básico da administração é a coerência entre os meios e fins, é necessário refutar esse enorme equívoco que consiste em colocar em prática técnicas empresariais na escola. É contraditório, pois os fins da empresa capitalista tem caráter de dominação, enquanto a escola busca fins emancipatórios. Se os fins da escola se relacionam com a liberdade, é necessário que a escola providencie a participação democrática do corpo escolar, na tomada de decisões no que diz respeito aos destinos da escola e sua administração. Isso é para preparar o sujeito para exercer seu papel político e de cidadão na sociedade. Ou seja, não só no momento do voto, mas para exigir dos nossos representantes medidas que atendam as camadas mais populares, visando o melhor para a sociedade bem como na educação, visando a equiparação entre qualidade e quantidade (Paro, 1998).

Finalizando, se faz necessário um ensino básico de melhor qualidade, que seja emancipatório, democrático, pretendendo formar o cidadão para *o viver bem*, não só sobreviver. Além disso, formar para participação política e social ativa. Dessa forma, é atribuída à gestão democrática a responsabilidade de proporcionar meios para que sejam desenvolvidos consciência e compromisso que correspondem a este “modelo” de cidadão.

2.2 ARQUEOLOGIA COMO PRIMEIRA FASE DO PERCURSO INTELECTUAL DE MICHEL FOUCAULT

Yazbek (2013) apresenta o contexto social e familiar no qual Paul Michel Foucault nasceu e cresceu, além de nos situar no tempo em que suas obras foram escritas e quais acontecimentos refletem e influenciam as obras. Foucault nasceu em 15 de outubro de 1926, na cidade de Poitiers. E sua família era constituída por médicos renomados, cujo seu pai era médico cirurgião e professor da escola de medicina local. Foucault recebeu o seu diploma de filosofia em 1948 e o de psicologia em 1949. Se iniciaria nesse período seu aprofundamento nos estudos da fenomenologia e do marxismo.

É possível ver a influência da fenomenologia nos primeiros escritos de Foucault, na introdução redigida para a tradução francesa de *O sonho e a existência*, de autoria do psiquiatra Ludwig Binswanger, e sua primeira obra, doença mental e personalidade, ambos os trabalhos de 1954. Foucault também é muito influenciado pela tradição epistemológica francesa, cujo os principais pensadores eram Gaston Bachelard, Georges Canguilhem e Georges Dumézil (Yazbek, 2013).

Em 1955, por indicação de Dumézil, Michel Foucault assume o cargo de diretor da Maison de France em Uppsala, na Suécia, ficando lá até 1958, onde escreveu *História da loucura da idade clássica*, sendo essa sua tese de doutorado defendida em 1961. Como no período exigia-se uma tese secundária ele apresentou também uma tradução da antropologia do ponto de vista pragmático, de Immanuel Kant, com destaque na introdução intitulada de *Gênese e estrutura da antropologia de Kant*.

Yazbek (2013) analisa *História da loucura* destacando que não se trata da história da psiquiatria, mas sim da história da progressiva medicalização da loucura no pensamento ocidental, evidenciando o domínio da razão sobre a loucura, resultando na loucura como “doença mental”. O autor expressa sua preocupação com as críticas que a obra receberia de parte de psicólogos, psiquiatras e historiadores da psicologia que pronunciariam suas críticas de um lugar epistemológico diferente do de Foucault, que seria um lugar de fala de filósofo.

As diversas críticas foram analisadas histórica e criticamente, afirmado na sua obra seguinte, que foi publicada em 1963, intitulada *O nascimento da clínica*. Tendo como subtítulo *uma arqueologia do olhar médico*. Nesta obra Michel Foucault apresenta suas observações sobre a medicina em geral e suas análises a respeito dos conceitos da medicina mental. Outro destaque é em 1966 com a publicação de *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Essa obra foi polêmica, principalmente para a geração existencialista (sobretudo Jean-Paul Sartre). Além disso, alcançou o *status* de “celebridade” na cena cultural francesa. Resumindo, esta obra é sobre a análise da constituição histórica dos saberes sobre o homem. Segundo Yazbek (2013, p. 19):

Nessa obra, Foucault se debruça sobre a análise da constituição histórica dos saberes *sobre* o homem. Sua tese basilar é relativamente bem conhecida (embora, no mais das vezes, significativamente vulgarizada): percorrendo o mesmo arco histórico das obras anteriores - cujo cerne compreende a grande ruptura que caracteriza a passagem da chamada Idade Clássica (séculos XVII e XVIII) à Época Moderna (séculos XIX e XX)-, Foucault procura retrair a mutação, na ordem do saber, que teria engendrado o “homem” como objeto

disposto ao conhecimento, bem como as ambivalências desta "estrana figura epistêmica" ("um estranho duplo empírico-transcendental, porquanto [o homem] é um ser tal que nele se tomará conhecimento do que torna possível todo conhecimento"14). Este "objeto" específico que é o "homem", surgido das novas disposições do pensamento moderno, dará lugar a um conjunto de novos saberes: as ciências humanas.

Além disso, Yazbek (2013) ressalta que o homem, nele próprio tomará o conhecimento do que torna possível todo o conhecimento.

Este estudo voltado para o homem, que é um pensamento moderno, vai dar lugar às ciências humanas. Assim, *As palavras e as coisas* é acompanhada por uma crítica afiada, o que Foucault chamou de "analíticas da finitude", esta sendo entendida como a fenomenologia e a sua derivação que se assemelhava ao marxismo. Então o autor define como filosofias que estavam prolongando estruturas antropológico-humanistas do pensamento do século XIX. Este trecho do texto é marcado pelo pensamento foucaultiano que dizia que a filosofia estava em vias de se desfazer.

Ainda em 1966, Foucault foi nomeado professor de filosofia da Universidade da Tunísia. Lá ele participou ativamente da vida universitária e intelectual, isto é, participava de revoltas dos estudantes anti-imperialistas e intervia a favor dos estudantes, protegendo-os da repressão que sofreram. Também é na Tunísia que Foucault começa a sua redação sobre *A Arqueologia do saber*. Então, agora tendo em vista um conjunto de investigações que ao menos desde *O Nascimento da Clínica* já se anunciava como sendo os de uma "arqueologia", dessa forma ele deu sentido ao que já havia dito, ele estaria então esclarecendo o processo de suas obras anteriores.

Os estudiosos da trajetória de Foucault chamam esse período de encerramento de um ciclo, seria a "fase arqueológica" de seu pensamento. Tratava-se então do período que Foucault teria focado nos estudos e investigações relativas à constituição histórica de "saberes". Em 1968, Foucault retorna a Paris e é nomeado para organizar o departamento de filosofia da universidade de Vincennes. Yazbek (2013) enfatiza que essa instituição era recém criada e de caráter experimental, se tratava de um experimento político. Permanecendo ali por dois anos, ainda com a sua participação ativa nas lutas dos alunos, em solidariedade aos estudantes e seus colegas que ocupavam a Sorbonne, tomaram o prédio da administração e o anfiteatro de Vincennes.

Yazbek (2013) destaca que Foucault seria um dos "oradores mais violentos" quando estavam a debater quais seriam as medidas disciplinares contra os representantes do

movimento estudantil. Ele denuncia a armadilha que foi feita pelas autoridades universitárias e políticas contra o departamento de filosofia da universidade, armadilha ao qual ele se refere a promessa de total liberdade e quando eles quiseram exercer foram reprimidos. Sendo considerado por Yazbek (2013) como um “divisor de águas”. É dessa forma que Foucault fica conhecido, como aquele das manifestações e dos manifestos, das lutas e da crítica.

Na década de 1970 Foucault foi nomeado para o *Collège de France* em substituição a Jean Hyppolite. Foi criada para ele uma cadeira especial: “história dos sistemas de pensamento”. Na sua aula inaugural intitulada *a ordem do discurso*, ocorrida no dia 2 de dezembro deste mesmo ano, atraiu uma multidão. Nas palavras pronunciadas por Foucault, podia-se pressupor o que estaria por vir: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, ‘o poder pelo qual nos queremos apoderar’” (apud Yazbek, 2013, p. 23).

Em 1971, Foucault se envolve em várias lutas relacionadas a temas como política, sexualidade, judiciário, medicina, psiquiatria, junto com um grupo de informações sobre as prisões (que terá ainda como fundadores Jean Marie Domenach e Pierre Vidal-Naquet). Querendo se afastar da militância tradicional, Foucault procurava novas formas de atuação política. Não se tratava mais de acumular conhecimento sobre o poder, mas sim fazer crescer nossa intolerância às diversas manifestações, para fazê-la uma intolerância ativa. Essa intolerância ativa vai tomar forma teórica a partir da publicação da obra intitulada *Vigiar e punir: nascimento da prisão de 1975*. A obra se debruça sobre o sistema penal francês querendo mostrar a prisão como modalidade punitiva e exclusivista. Nesse período os estudos foucaultianos passaram por um momento de inflexão que ele chamou de “genealogia”. Foi um período no qual eles foram contra os efeitos centralizadores de poder ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior daquela sociedade, que possuindo o saber possuía-se o poder.

Yazbek (2013) aponta também que a genealogia não é diferente da arqueologia, quanto ao seu caráter informativo de determinadas formas do exercício do poder. A obra *A vontade de saber* de 1976 que é o primeiro volume da *História da sexualidade*, marcou esta etapa genealógica demonstrando a forte influência de Friedrich Nietzsche em sua formação. Posteriormente essa obra foi modificada tanto a sua metodologia quanto no período histórico. Em síntese, *a vontade de saber* seria uma proposta de reverter a tese segundo a qual a sexualidade teria sido objeto de uma repressão e uma censura. Mas Foucault diz que a história da sexualidade nas sociedades modernas ocidentais a partir dos séculos XVII e XVIII, tem

uma crescente verbalização e como consequência se conduziu a colocar para o sexo a questão de quem somos nós.

Quanto aos anos de 1970, Michel Foucault produzirá um terceiro deslocamento em sua trajetória. Reorientando suas investigações, os novos recortes temáticos e metodológicos desenvolvidos nos cursos ministrados por Foucault no *Collège de France*. Investigações agora eram voltadas para o “biopoder” que se tratava dos mecanismos de governo e de controle das populações. É nessa linha que também se seguirá os estudos voltados para a temática do cuidado de si. A partir disso Foucault fez modificações na sua obra da *História da sexualidade*. Os últimos dois volumes que seguirão são *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si*. Publicados simultaneamente em 1984, trazem as reflexões de Foucault acerca das questões sobre o cuidado e o trabalho de si sobre si. Esse seria o terceiro momento da trajetória de Foucault, momento este que se tinha questões éticas fundamentais de resistência e produção de si.

Esse terceiro período dos estudos foucaultianos ficou conhecido como genealogia ética. Tratava-se de investigação e sobre o poder na década de 1970, mas de como se constituía o sujeito ético a partir da relação com si próprio.

Podemos afirmar então que o pensamento foucaultiano pode ser dividido em três fases, sendo elas: o saber (arqueologia), o poder (genealogia) e o sujeito (genealogia ética). Finalizando a sua trajetória em 25 de junho de 1984, em consequência de complicações decorrentes de uma infecção por HIV, Foucault veio a falecer no hospital de Salpêtrière, em Paris e foi sepultado junto de seus parentes no cemitério de Vendreuvre-du-Poitou. Além desses elementos biográficos, bem como relativos à trajetória intelectual de Michel Foucault, notamos que Michel Foucault observava a história das ciências que parecia ocupar uma posição estratégica frente ao legado fenomenológico, embora ainda tributário do projeto ocidental de um desenvolvimento universal da razão. Ou seja, a epistemologia francesa tinha como objetivo avaliar a ciência tendo como instrumento a análise histórica (Yazbek, 2013).

Ao analisar a ciência na história a escola epistemológica rompe com o conceito de história cumulativa e continua, fazendo com que epistemológico, que seria o desenvolvimento do conhecimento científico descontínuo, momento em que se interrompe ou se é retardado por momentos de julgamento e de verdade. Sendo assim, “o que caracteriza a epistemologia Francesa é justamente o privilégio atribuído à descontinuidade como chave de leitura histórica da formação de conceitos no âmbito dos desenvolvimentos e uma dada ciência” (Yazbek, 2013, p. 35).

Foucault deve então a Canguilhem, suas pretensões a efetuar uma investigação histórica com a intenção de recapturar desde a origem e seus momentos, a partir de elementos exteriores que bem lhe serviram de suporte. Em certo momento, Canguilhem retoma as principais categorias metodológicas da epistemologia de Bachelard dos estudos chamados de “ciências duras”, a química e física, reorientando em direção às “ciências da vida”, a biologia, a anatomia e a fisiologia (Yazbek, 2013).

A arqueologia desenvolvida por Foucault tem dois traços fundamentais da epistemologia francesa: primeiro não se trata jamais de considerar a história de uma ciência como desenvolvimento linear e contínuo; segundo é preciso articular com elementos externos, que sirvam de apoio para compreender a história da formação de uma determinada “ciência”. Dessa forma, podemos dizer que Foucault parte da escola francesa, o que se faz importante para suas investigações, um rompimento com a concepção cumulativa do progresso científico e o espaço institucional que lhe dá sustentação (Yazbek, 2013).

Contudo, sua arqueologia não é uma epistemologia por dois motivos: primeiro arqueologia não confere diferença entre “ciência” e “pré-ciência”, além disso o seu campo de estudos não é a ciência, e sim o saber; segundo, arqueologia descreve conceitualmente a formação de saberes, seja um conhecimento científico ou não, e não para fins de considerar a validade ou a verdade como uma produção histórica. Na verdade, essa análise compreende a origem, as transformações e as organizações no nível do saber (Foucault, 2008), (Yazbek, 2013).

Quanto à esfera discursiva, a arqueologia busca as condições de enunciado do discurso e não de sua eleição como discurso verdadeiro. Não se trata da conquista de um reconhecimento do sujeito que pensa que conhece e que diz. Porém, seria então o que Foucault (2008) chamou de “positividade”, desempenhando o papel histórico, sendo a condição de realidade para os enunciados, a forma específica de seu modo de ser. Desta forma, a arqueologia não se prende à validade dos discursos, mas às condições de existência do enunciado e às regras de formação dos discursos em que se trata de seus objetivos, da formação dos conceitos e da posição que o sujeito é chamado a ocupar nesta ordem discursiva. Segundo Foucault (2008, p. 112) “o discurso é constituído por um conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência”.

Assim, as condições de existência do discurso se organizam a partir de regras específicas de formação, para Foucault (2008, p. 43)

as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva.

Além disso, importa destacar outro elemento do discurso, a posição de sujeito, que Foucault (2008, p. 108) entende por:

se uma proposição, uma frase, um Conjunto de signos podem ser considerados "enunciados", não é porque houve, um dia, alguém para proferi-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; mas sim na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito.

Assim podemos entender que a arqueologia não se preocupa exatamente com o contexto, mas o que está relacionado ao discurso, dentro de um campo de coexistência.

Conforme Yazbek (2013), em *As palavras e as coisas: as condições de possibilidade das ciências humanas*, Foucault traz como objeto o homem compreendido como “estranya figura do saber”, e o tipo de conhecimento constituído por ele chamado de “ciências humanas”. É a partir deste trabalho que Foucault deixa claro a diferença entre arqueologia e história da ciência. Sendo assim, a arqueologia analisa os saberes a partir de suas condições de possibilidade, reconhecendo o espaço do saber e as formas diversas do conhecimento empírico, deixando de fora ideias como a de conhecimentos com formatos crescentes em direção a objetivos.

Yazbek (2013), chama atenção que episteme é o conceito capital em *As Palavras e as Coisas* que retorna em *A arqueologia do saber*. Episteme significa então, a investigação do solo originário de um campo do saber, onde ele se fez possível, além de permitir ou não certas formas de pensar e de enunciar para uma época. Como nas obras de Michel Foucault, aqui encontraremos a mesma periodização para compreendermos melhor o episteme:

- 1) A episteme da renascença: a idade da semelhança. A semelhança teve um papel no saber da cultura ocidental. Constituiu-se como signos para vários objetivos e campos do saber.

Podendo ser reconhecida em quatro ordens: a *convinientie*, ligava coisas próximas, como corpo e alma, terra e mar, formando uma grande cadeia de ser; a *aemulatio*, que se tratava de uma semelhança a distância, como a do rosto e a lua; a analogia, sendo um campo amplo baseava-se menos em semelhanças do que em relações de semelhança; e por fim, a simpatia, remetia a uma espécie de atração, que há uma atração sem limites. Para esse período, conhecer a semelhança seria compreender as marcas do signo na coisa. Ou seja, para conhecer seria necessário interpretar.

2) A *epistémē* da idade clássica a idade da representação. Marcada pelo rompimento entre as semelhanças e os signos, este episteme tem como categoria a Ordem. Sendo assim, “essa relação com a ordem é tão especial para idade clássica quanto foi para o renascimento a relação com a interpretação” apud (Foucault *apud* Yazbek, 2013, p. 73). Foucault contribui neste período promovendo uma análise em nível arqueológica de três domínios epistemológicos exemplares de episteme da idade clássica: o primeira sendo no campo da gramática geral que corresponde à ciência da ordem no domínio das palavras, de maneira que o estudo da linguagem seja a partir de um conjunto de signos (representações dos objetos); o segundo domínio epistemológico é no campo da história natural, o que seria a ciência da ordem no domínio dos seres, se traduz em um sistema de gêneros e espécies para descrever coordenadas do lugar pragmático e para existir essa tarefa se faz necessário que os objetos e a linguagem se encontrem em separados; o terceiro domínio, por fim, se dá no campo da análise das riquezas e da economia. Nada mais seria do que a ciência da ordem no domínio das necessidades. Sendo assim, é o estudo das trocas onde o dinheiro ou a moeda representa a riqueza. O dinheiro seria então o signo que representa a riqueza, função de representar uma certa quantidade. Na visão de Rouanet sobre a episteme da ordem do saber: “toda a linguagem é nomeável, todo ser classificável e toda riqueza é monetizável” (Rouanet *apud* Yazbek, 2013, p. 76).

3) episteme da idade moderna: a idade do homem. Na virada do século XVIII para o XIX, para Foucault, a teoria da representação não garante mais o fundamento geral de todas as ordens possíveis, sendo assim a linguagem já não teria mais a função de representar todos os objetos e seres. Agora a ordem do saber ganha objetividade onde a ordem será substituída pela história, captando as empiricidades que as afirmam fazendo dos conhecimentos ciências possíveis. Então na modernidade será definido com objetividade o modo de ser de tudo a

partir da experiência, assim saberes clássicos da análise das riquezas, da história natural e da gramática geral, são substituídas pelos eixos de economia política, biologia e a filologia. O eixo da economia política, traz uma ideia inversa a do classicismo, assim passamos de um tempo circular a um tempo cumulativo, onde a moeda não é mais um signo que representa uma quantidade de riqueza, mas agora equivale ao trabalho. A biologia vai se tratar da descontinuidade das formas vivas que permite conceber o fluxo temporal inerente ao ser vivo, denominada agora como história da natureza. Na modernidade a representação perde a importância que tinha no classicismo, pois agora o significado é parte integrante da palavra, se constituindo autônoma, dessa forma a filologia estuda um conjunto de constantes morfológicas de uma história.

Em suma, a arqueologia, situada na primeira fase intelectual do pensamento foucaultiano oferece uma série de noções, conceitos, categorias e ferramentas para investigação das ciências humanas, e do fenômeno educativo, especificamente. De todas elas, a noção central é a de enunciado, que segundo Foucault (2008, p. 98) “[...] é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise [...] segundo que regra se sucedem ou se justapõem [...].”

3 GESTÃO EDUCACIONAL À LUZ DA AAD: OBJETOS DE PESQUISA, METODOLOGIA E RESULTADOS

3.1 GESTÃO EDUCACIONAL: TEMÁTICAS, OBJETOS E PROBLEMAS ARQUEOLÓGICOS

Rodrigues (2021) analisa o correlato enunciativo gestão democrática e Educação de Jovens e Adultos (EJA), tomando como lócus de investigação o Plano Municipal de Educação de João Pessoa (2015–2025). Esses dois campos se encontram no debate político, pedagógico e acadêmico desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), que consolidaram a educação como direito universal e a gestão democrática como princípio orientador da escola pública. No entanto, apesar da presença formal desses conceitos nos documentos normativos, persiste a necessidade de compreender de que maneira eles são articulados nos planos locais e quais relações discursivas produzem dizeres específicos, como no município de João Pessoa.

Nesse sentido, a pesquisa parte da constatação de que tanto a gestão democrática quanto a EJA, embora amplamente tematizadas em estudos e legislações, ainda carecem de investigações mais aprofundadas quanto às suas correlações enunciativas em documentos educacionais de abrangência municipal. A problematização se organiza, portanto, em torno da seguinte questão de pesquisa: como está constituída a correlação enunciativa entre gestão democrática e Educação de Jovens e Adultos no Plano Municipal de Educação de João Pessoa (2015–2025)?

Com base nessa formulação, o estudo define como objetivo geral analisar a articulação discursiva entre a gestão democrática e a EJA no PME/JP, tomando como fundamento metodológico a Análise Arqueológica do Discurso proposta por Michel Foucault. Essa perspectiva possibilita compreender não apenas a presença formal dos conceitos no documento, mas, sobretudo, as condições de possibilidade de sua emergência e os efeitos de verdade que mobilizam no campo da política educacional.

De forma mais específica, a pesquisa mapeia os documentos legais e institucionais que sustentam o PME/JP, situando-os no contexto histórico e educacional brasileiro; identifica os correlatos discursivos que articulam gestão democrática e EJA, com destaque para os signos enunciativos do conhecimento, do campo político-pedagógico e dos sujeitos da escola

pública; discute a EJA como condição de possibilidade para a efetivação da gestão democrática; descreve e analisa os enunciados que configuram a educação pública como direito universal e fundamento da cidadania.

Assim, ao explorar os vínculos discursivos entre gestão democrática e Educação de Jovens e Adultos no plano municipal, esse trabalho contribui para o debate pedagógico e acadêmico sobre a efetividade da política educacional em João Pessoa, e ajuda a problematizar algumas tensões entre o que está prescrito nos documentos e as possibilidades de materialização no cotidiano escolar.

O trabalho de Leal (2024) tem como título o enunciado da gestão educacional na ordem do discurso político-pedagógico, situando-se no campo das discussões sobre a gestão democrática da educação, especialmente após sua incorporação como princípio constitucional pela Carta Magna de 1988. A investigação considera que o discurso da gestão educacional adquire materialidade em documentos legais e normativos — como a própria Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e a Resolução CNE/CEB nº 4/2010 — os quais delimitam não apenas a normatividade da educação pública, mas também os dizeres possíveis no campo da gestão democrática.

Nessa análise, o problema de pesquisa é assim formulado: quais são as condições enunciativas de existência da gestão educacional na ordem do discurso político-pedagógico brasileiro? Tal questão emerge da constatação de que a gestão democrática, ainda que consolidada como princípio legal, revela contradições e disputas em sua efetivação, exigindo uma análise que opere rupturas com abordagens interpretativas (como a hermenêutica ou a exegese) e se debruce sobre as regularidades discursivas que sustentam sua constituição discursiva. Para tanto, o trabalho fundamenta-se na Análise Arqueológica do Discurso (AAD), de Michel Foucault, privilegiando a investigação das formações discursivas que constituem o campo da gestão educacional.

Dessa problematização decorre o objetivo geral de analisar o enunciado da gestão educacional na ordem do discurso político-pedagógico, a partir do marco constitucional de 1988 e dos documentos normativos subsequentes. Os objetivos específicos definidos para orientar a pesquisa são: estudar a abordagem teórico-metodológica da Análise Arqueológica do Discurso, discutindo suas contribuições para a análise da gestão educacional como objeto de discurso; examinar o princípio da gestão democrática instituído pela Constituição Federal de 1988 e reiterado em legislações posteriores, situando-o como eixo estruturante das

políticas educacionais brasileiras; analisar o enunciado da gestão educacional a partir das categorias foucaultianas de enunciado e discurso, identificando sua materialização nos documentos jurídicos e sua correlação com as séries enunciativas político-educacional, pedagógico-escolar e de legalidade política.

Assim, Leal (2024) contribui para a compreensão da gestão educacional como fenômeno discursivo, evidenciando os modos pelos quais o discurso político-pedagógico institui, regula e retroalimenta a noção de gestão democrática no âmbito da educação pública brasileira.

Cândido (2024) tem como questão central o discurso ideopolítico neoliberal e suas implicações para a gestão educacional, especificamente no que se refere à negação do princípio constitucional da gestão democrática da educação. Essa temática emerge de um campo de disputas teóricas, políticas e pedagógicas, no qual a educação pública, enquanto direito social, encontra-se ameaçada por narrativas que buscam deslocar sua centralidade para a lógica de mercado e da privatização. A análise proposta toma como referência o arcabouço da Análise Arqueológica do Discurso (AAD), de Michel Foucault, que permite analisar os enunciados do neoliberalismo como condições discursivas que interditam o discurso da democracia na educação.

O problema de pesquisa se situa na necessidade de compreender que implicações a gestão educacional sofre diante do discurso neoliberal. Tal problema decorre da constatação de que o neoliberalismo se constitui como uma racionalidade política que, ao mesmo tempo em que se apresenta como técnica e isenta ideologicamente, atua de modo a despolitizar o debate educacional, deslocando a função do Estado e reconfigurando os sentidos da gestão democrática. A questão que norteia a investigação é formulada nos seguintes termos: como o discurso neoliberal, ao negar sua dimensão política, produz estratégias de interdição ao enunciado da gestão democrática da educação?

Dessa problematização decorre o objetivo geral da pesquisa: analisar as estratégias discursivas do neoliberalismo que operam na negação do princípio da gestão democrática da educação, tomando como fontes primárias os textos de Milton Friedman e Friedrich Hayek. Para viabilizar a análise, foram definidos os seguintes objetivos específicos: examinar as estratégias discursivas neoliberais de “fazer política negando a política”, evidenciando sua dimensão ideológica; compreender o discurso neoliberal enquanto produtor de doutrinas políticas e econômicas sustentadas nos enunciados de liberdade, mercado e eficiência;

demonstrar de que modo o discurso neoliberal elide enunciados relacionados à gestão democrática da educação, ao direito social à educação e ao ensino público de qualidade.

Ao estruturar a pesquisa nesse horizonte, busca-se contribuir para a reflexão crítica sobre a relação entre neoliberalismo e gestão educacional, revelando como a ordem discursiva neoliberal atua no campo da educação pública e coloca em risco conquistas históricas, como a gestão democrática prevista na Constituição Federal de 1988 e reafirmada no Plano Nacional de Educação.

Machado (2025) também analisa a temática do neoliberalismo no campo da gestão educacional. A pesquisa parte do pressuposto de que a gestão democrática, consolidada como princípio constitucional pela Constituição Federal de 1988 e reafirmada na LDB/9394/96 e nos Planos Nacionais de Educação, vem sofrendo processos de desconstrução e ressignificação a partir da lógica neoliberal. Nesse contexto, três mecanismos discursivos se destacam como formas de interdição: o cooperativismo, o empreendedorismo e a racionalidade gerencial, todos atravessados pelos interesses de mercado e pelas reformas administrativas implementadas no Brasil a partir da década de 1990.

O problema de pesquisa que orienta esse estudo é formulado nos seguintes termos: quais mecanismos discursivos são utilizados pelo neoliberalismo para desconstruir a premissa da educação como direito social e elidir o enunciado da gestão democrática da educação? Essa questão se inscreve em um cenário marcado pelo enfraquecimento do Estado como garantidor de direitos, pela mercantilização da educação pública e pela introdução de práticas gerenciais inspiradas no setor privado, que colocam em risco a autonomia, a participação e a descentralização — categorias constitutivas da gestão democrática.

Diante desse problema, o trabalho estabelece como objetivo geral: analisar os mecanismos discursivos neoliberais de interdição do enunciado da gestão democrática da educação, tomando como referências teóricas e metodológicas a Análise Arqueológica do Discurso (AAD), de Michel Foucault. Para viabilizar essa análise, foram definidos os seguintes objetivos específicos: verificar a relação entre escola pública e gestão cooperativa como correlato discursivo do neoliberalismo; analisar a concepção de gestão da educação enquanto produtora de empreendedores na ordem do discurso neoliberal; localizar e descrever a série enunciativa da gestão racional da educação como mecanismo de interdição do discurso democrático.

Assim, o TCC busca contribuir para a compreensão crítica de como o discurso neoliberal se infiltra no campo da gestão educacional, operando na ressignificação de

conceitos e práticas que deveriam garantir o direito social à educação. Ao evidenciar esses mecanismos discursivos, o estudo pretende ampliar o debate acadêmico e político em torno da preservação e do fortalecimento da gestão democrática como princípio fundamental da escola pública brasileira.

O quadro a seguir apresenta as temáticas, os objetos de investigação e os problemas arqueológicos que orientaram as quatro pesquisas analisadas:

Ano/Autor	Temática	Objeto (s)	Questão (s)
Rodrigues (2021)	Correlação entre gestão democrática e Educação de Jovens e Adultos (EJA)	O Plano Municipal de Educação de João Pessoa (2015– 2025) como lócus discursivo da articulação entre gestão democrática e EJA	Como está constituída a correlação enunciativa entre gestão democrática e Educação de Jovens e Adultos no PME/JP (2015–2025)?
Leal (2024)	A gestão educacional como enunciado da ordem do discurso político-pedagógico	Os documentos normativos (CF/1988, LDB/1996, Parecer CNE/CEB nº 7/2010, Resolução nº 4/2010) que materializam o discurso da gestão educacional	Quais são as condições enunciativas de existência da gestão educacional na ordem do discurso político-pedagógico brasileiro?
Cândido (2024)	O discurso ideopolítico neoliberal e a negação do princípio da gestão democrática	Os enunciados do neoliberalismo em textos de Milton Friedman e Friedrich Hayek	Como o discurso neoliberal, ao negar sua dimensão política, produz estratégias de interdição ao enunciado da gestão democrática da educação?
Machado (2025)	A interdição neoliberal à gestão democrática da educação	Os mecanismos discursivos neoliberais (cooperativismo, empreendedorismo e	Quais mecanismos discursivos são utilizados pelo neoliberalismo para

		racionalidade gerencial) no campo da gestão educacional	desconstruir a premissa da educação como direito social e elidir o enunciado da gestão democrática da educação?
--	--	---	---

Fonte: Repositório da UFPB

Em termos de questões-problemas, as análises apontam as seguintes tendências: Rodrigues (2021) mostra que a gestão democrática da educação continua sendo um campo de debate e de disputas, quando analisa a relação entre gestão democrática e EJA no plano municipal de João Pessoa. Leal (2024) questiona de que forma a gestão educacional se constitui como discurso político pedagógico. Já Cândido (2024) e Machado (2025) apontam como neoliberalismo interfere nesse processo, trazendo discursos que acabam enfraquecendo ou até negando o princípio democrático.

Em diálogo com Paro (1998) vemos que não basta falar em quantidade de escolas ou aplicar modelos de gestão empresarial para ela, a escola precisa formar o sujeito para o bem viver e para a participação política e isso só é possível se a gestão for realmente democrática e comprometida com a emancipação dos estudantes. Sander (2009) nos lembra que a história da gestão educacional no Brasil é feita de disputas entre diferentes concepções, de um lado, a visão tecnocrática e produtivista, de outro, a perspectiva crítica e democrática. Assim, o desafio de hoje continua sendo transformar as relações autoritárias, democratizar a gestão escolar e enfrentar as pressões do neoliberalismo em nível macro.

Além disso, importa destacar os elementos da AAD que aparecem já na formulação dos problemas de pesquisa: Rodrigues (2021) quando pergunta “como está constituída a correlação enunciativa entre gestão democrática e educação de jovens e adultos no PME/JP (2015-2025)?”. Aqui não se trata de avaliar se a gestão é boa ou ruim, mas de investigar as condições enunciativas que permitem que esses dois campos se encontrem juntos no plano municipal; Leal (2024) traz AAD ao investigar “quais são as condições enunciativas de existência da gestão educacional na ordem de discurso político-pedagógico brasileiro?”. O foco não é o cotidiano da gestão escolar em si, mas as condições de possibilidades que torna esse discurso sobre gestão educacional possível; Cândido (2024) apresenta marcas da AAD

ao questionar “como o discurso neoliberal, ao negar sua dimensão política, produz estratégias de interdição ao enunciado da gestão democrática da educação?”. Podemos observar a preocupação com os mecanismos discursivos de interdição, categoria foucaultiana típica da arqueologia; e Machado (2025) usa AAD ao formular a questão “quais mecanismos discursivos são utilizados pelo neoliberalismo para desconstruir a premissa da educação como direito social e elidir o enunciado da gestão democrática da educação?”. O foco está na identificação de séries enunciativas e mecanismos discursivos que operam no campo da gestão.

Esses problemas de pesquisa já trazem a marca da Análise Arqueológica do Discurso (AAD), porque não perguntam apenas como deve ser, mas procuram entender as condições que permitem que certos discursos sobre gestão possam existir e se fortalecer. Portanto, podemos dizer, que a gestão democrática não é algo pronto ou acabado, mas um processo histórico e discursivo. Ela precisa ser constantemente problematizada, porque está sempre sob tensão entre a promessa de uma escola pública mais justa e participativa e as forças que tentam reduzi-la a um simples modelo de eficiência. Por isso, estudar a gestão democrática a partir da AAD nos ajuda a perceber que os discursos sobre ela não são isentos, mas carregam disputas, contradições e possibilidades de transformação.

3.2 OS TCCs EM GESTÃO EDUCACIONAL SOB O CRIVO DA AAD

Este tópico busca identificar as estratégias investigativas, as ferramentas e conceitos arqueológicos utilizados nos TCCs analisados. Todos eles utilizam a AAD como referencial metodológico o que possibilita compreender diferentes formas de apropriação dessa abordagem no campo da gestão educacional. Dessa forma, todos os trabalhos utilizaram os três procedimentos metodológicos básicos nas pesquisas em AAD:

Fase 1 – Mapeamento dos documentos: “nessa fase da investigação, o objetivo é identificar, selecionar e organizar o corpus documental que propiciará a investigação” (Alcantara e Carlos, 2013 p. 72).

Fase 2 – Escavação da zona do discurso: “é o momento da 'leitura' sistemática de todo o material mapeado, de adentrar o solo arqueológico em busca dos artefatos enunciativos” (Alcantara e Carlos, 2013, p. 72).

Fase 3 – Análise e descrição dos enunciados: “para realizar esse procedimento, o pesquisador deve identificar as unidades enunciativas, isto é, a partir do documento consultado, ele confere visibilidade aos enunciados soterrados [...]” (Alcantara e Carlos, 2013, p. 73).

Rodrigues (2021) fundamenta-se nos pressupostos da AAD desenvolvida por Michel Foucault, cuja centralidade está na descrição das condições históricas de emergência dos discursos e na análise das regularidades enunciativas que os constituem. Em vez de buscar significados ocultos ou interpretação subjetivas, a AAD propõe examinar os enunciados em sua materialidade identificando as regras de formação que organizam o que pode ou não ser dito em determinado campo discursivo.

Dito isto:

no plano metodológico, mapeamos os documentos-fonte e analisamos o correlato gestão democrática e EJA no Plano Municipal de Educação de João Pessoa. Em seguida escavamos a rede documental que circunscreve esse correlato, para identificar como os signos enunciativos da gestão democrática e da Educação de Jovens e Adultos são postos em funcionamento no PME, e contribuir com o debate, no Curso de Pedagogia. (Rodrigues, 2021, p. 32).

Nesse sentido, os métodos arqueológicos utilizados no trabalho consistiram na investigação das séries enunciativas presentes em documentos oficiais, normativos e jurídicos da educação brasileira, bem como em produções acadêmicas correlatas. A pesquisa não se limitou a analisar os conteúdos, mas voltou-se a descrição das condições de possibilidades que permitiram a emergência do enunciado da gestão democrática da educação bem como as formas pelas quais esse enunciado é tensionado ou interditado por outras formações discursivas como a racionalidade neoliberal.

Para aproximar-se em alcançar os seus objetivos, a autora buscou orientar-se a partir de conceitos foucaultianos, como: *enunciado* (Rodrigues, 2021) que foi compreendido para além de uma unidade mínima de análise do discurso, cuja existência se dá em condições específicas de tempo e espaço, função e posição de sujeitos. O estudo descreveu os

enunciados relacionados à gestão democrática da educação, presentes nos textos normativos e legais, observando como se articulam e se repetem em diferentes domínios; *formação discursiva* (Rodrigues, 2021) é outro conceito que se refere ao conjunto de regras que delimitam o que pode ser dito, por quem e em quais condições. A análise investigou a formação discursiva da gestão democrática no campo político pedagógico e sua relação em outras formações, como a jurídica e a neoliberal; entre outros.

A pesquisa de Leal (2024) também teve o percurso metodológico seguindo os três passos propostos por Alcântara e Carlos (2013), aqui já citados. Primeiro a autora mapeou os documentos jurídicos que conferem materialidade ao enunciado da gestão educacional, a saber: a constituição federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), o parecer CNE/CEB nº 07/2010 e a resolução CNE/CEB nº 04/2010. Em seguida a escavação da zona do discurso permitiu adentrar o solo arqueológico de discurso político pedagógico, identificando fragmentos dos quais o termo gestão aparecia demonstrando correlações enunciativas. Na análise descrição dos enunciados, a autora identificou as unidades enunciativas, descreveu e organizou em séries. Assim, foi possível explicitar as condições de existência do enunciado da gestão educacional seus correlatos e relações estabelecidas nos documentos jurídicos analisados.

Cândido (2024), por sua vez, primeiramente mapeou nos dois textos clássicos do pensamento neoliberal, a saber: *O caminho da servidão*, de Friedrich A. Hayek (1990), e *Livre para escolher*, de Milton Friedman (2015), séries enunciativas que explicitam características gerais do discurso neoliberal. A autora enfatiza que esses documentos foram escolhidos não apenas por sua relevância acadêmica, mas principalmente pela função discursiva que exercem no campo político e econômico, possibilitando a identificação dos correlatos enunciativos do neoliberalismo. Em seguida na escavação da zona do discurso procedeu-se a leitura sistemática dos textos, acompanhada de resumos e fichamentos, com o objetivo de localizar os “artefatos enunciativos”. Por fim, na terceira fase de análise e descrição dos enunciados, realizou-se a identificação e organização das unidades enunciativas. Mais do que repetir os textos consultados, a análise buscou evidenciar as regularidades, dispersões, continuidades e rupturas nos enunciados, explicitando como esses discursos produzem narrativas que naturalizam a despolitização da educação e interditam o enunciado da gestão democrática.

Por último, a pesquisa de Machado (2025) seguindo a proposta de Alcântara e Carlos (2013), na primeira etapa, mapeamento dos documentos, foi constituído o corpus documental

composto por três textos centrais: *Educação e gestão neoliberal: a escola cooperativa de Maringá, uma experiência de Charter School?* (Azevedo, 2021); *Neoliberalismo, gestão educacional e políticas de inclusão: desafios para a escola contemporânea* (Klaus, 2015); e *Racionalidade neoliberal e a política/gestão da educação brasileira: imbricamento entre mercantilização e neoconservadorismo* (Santos et al., 2020). A escavação da zona do discurso, a segunda etapa, consistiu na leitura sistemática, nos resumos e fichamentos do material selecionado em busca de traçar estratégias de estudo que possibilitam identificar, por meio de ideias, palavras-chave e expressões explicitar mecanismos discursivos de interdição do enunciado da gestão democrática da educação. A terceira etapa, análise e descrição dos enunciados, compreendeu a sistematização e organização dos enunciados encontrados. Foi possível analisar e descrever os achados, tendo em vista não apenas repetir ou resenhar os textos fonte, mas sim, explicar como as regularidades, dispersões, as estratégias, o discurso neoliberal opera tendo em vista a interdição do enunciado da gestão democrática da educação.

O quadro a seguir sintetiza as ferramentas metodológicas e os principais conceitos arqueológicos mobilizados em cada TCC:

Ano/Autor	Ferramentas arqueológicas (procedimentos e etapas)	Conceitos arqueológicos mobilizados
Rodrigues (2021)	<p>Mapeamento: documentos oficiais, normativos e acadêmicos sobre gestão democrática e EJA, com foco no Plano Municipal de Educação de João Pessoa (2015–2025).</p> <p>Escavação: análise da rede documental para observar como os signos enunciativos da gestão democrática e da EJA aparecem no PME.</p> <p>Análise dos enunciados: descrição dos correlatos discursivos, mostrando como a gestão democrática é tensionada por formações como a racionalidade neoliberal.</p>	<p>Ferramentas conceituais: enunciado (como unidade histórica situada), formação discursiva (regras que delimitam o que pode ser dito).</p>
Leal (2024)	<p>Mapeamento: documentos jurídicos (Constituição/1988, LDB/1996, Parecer CNE/CEB nº 07/2010 e Resolução nº 04/2010).</p> <p>Escavação: identificação de fragmentos em que “gestão” aparece no discurso político-pedagógico.</p> <p>Análise dos enunciados: organização em séries enunciativas, para explicitar as condições de existência do enunciado da gestão educacional e suas correlações.</p>	<p>Ferramentas conceituais: séries enunciativas e condições de possibilidade.</p>
Cândido (2024)	<p>Mapeamento: textos clássicos neoliberais – <i>O caminho da servidão</i> (Hayek) e <i>Livre para escolher</i> (Friedman).</p> <p>Escavação: leitura sistemática com fichamentos para localizar “artefatos enunciativos” do discurso neoliberal.</p> <p>Análise dos enunciados: identificação das regularidades, dispersões, continuidades e rupturas nos enunciados neoliberais; mostrou como produzem narrativas que interditam o enunciado da gestão democrática.</p>	<p>Ferramentas conceituais: interdição, regularidades discursivas, rupturas</p>
Machado (2025)	<p>Mapeamento: corpus formado por textos acadêmicos críticos ao neoliberalismo na educação (Azevedo, 2021; Klaus, 2015; Santos et al., 2020).</p> <p>Escavação: leitura sistemática e fichamentos para identificar expressões e palavras-chave que revelam mecanismos discursivos de interdição.</p> <p>Análise dos enunciados: sistematização dos enunciados para explicar como o discurso neoliberal opera na ressignificação da gestão democrática.</p>	<p>Ferramentas conceituais: mecanismos discursivos de interdição, regularidades e dispersões enunciativas.</p>

Assim, a metodologia arqueológica foi desenvolvida de forma evidenciar não apenas a presença textual do enunciado da gestão democrática, nesses trabalhos, mas também as estratégias de saber que o sustentam, modificam ou silenciam no campo da gestão educacional brasileira. Dessa forma, as pesquisas se orientam pela descrição rigorosa na materialidade discursiva, sem recorrer a interpretações externas ao próprio discurso, conforme propõe Foucault em *Arqueologia do Saber*. Dessa forma, observa-se que, embora cada TCC tenha construído um percurso singular, todos se encontram no uso de conceitos fundamentais da arqueologia foucaultiana. A regularidade enunciativa que para Foucault (2008, p. 50)

[...] se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar.

A regularidade enunciativa, permite que certos enunciados se repitam, circulem e se transformam em diferentes domínios, está presente em Rodrigues (2021), quando descreve a recorrência de signos que aproximam gestão democrática e EJA; em Leal (2024), na identificação das repetições e correlações do termo “gestão” nos documentos jurídicos; em Cândido (2024), ao mostrar como os discursos neoliberais recorrem a narrativas que naturalizam a despolitização da educação; e em Machado (2025), ao evidenciar a permanência de mecanismos de interdição nos discursos neoliberais sobre a gestão democrática da educação.

Outro ponto central é a materialidade do discurso, tal como definida em *A Arqueologia do Saber*; quando Foucault (2008, p. 114) afirma que

a materialidade desempenha, no enunciado, um papel muito mais importante: não é simplesmente princípio de variação, modificação dos critérios de reconhecimento, ou determinação de subconjuntos linguísticos. Ela é constitutiva do próprio enunciado: o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, ura [sic] lugar e uma data.

Dessa forma, o discurso deve ser analisado em sua existência concreta como um conjunto de práticas que produzem efeitos reais, e não apenas como reflexo de ideias ou intenções. Essa perspectiva aparece de forma clara nas quatro pesquisas que tratam seus documentos, planos, leis, pareceres e textos teóricos, não como simples registros de opinião,

mas como práticas discursivas que instauram verdades, delimitam possibilidades e orientam políticas educacionais.

Por fim, a categoria de formação discursiva, entendida como conjunto de regras que determina o que pode ser dito, por quem, em que circunstâncias e com quais efeitos, também atravessa os trabalhos. Rodrigues (2021) analisa a formação discursiva que articula gestão democrática e EJA no plano municipal; Leal (2024) mostra como a gestão educacional se constitui no interior da formação discursiva político-pedagógica; Cândido (2024) evidencia a formação discursiva neoliberal como produtora de enunciados que interditam a democracia na educação; e Machado (2025) investiga como essa mesma racionalidade neoliberal ressignifica conceitos centrais e gestão escolar.

Em síntese, a presença dessas categorias arqueológicas nas quatro pesquisas demonstra que AAD não foi apenas um referencial declarado, mas de fato um instrumento metodológico ativo, capaz de descrever como os discursos sobre gestão da educação operam, se proliferam, se transformam e se tensionam nas disputas contemporâneas da educação brasileira.

3.3 RESULTADOS APONTADOS PELAS PESQUISAS

Rodrigues (2021) em sua pesquisa demonstrou que a correlação entre gestão democrática e educação de jovens e adultos (EJA), no âmbito do plano municipal de educação de João Pessoa (2015-2025) está sustentada por uma rede discursiva que afirma a educação pública como direito universal e condição fundamental para a construção da cidadania. Entre os principais resultados há três correlatos articuladores: o *conhecimento*, concebido como elemento reparador de desigualdades históricas e campo de produção teórica, no qual a EJA é vista como espaço de reconhecimento de trajetórias interrompidas e de afirmação da dignidade humana; as *interfaces político-pedagógicas*, que evidenciam a disputa de sentidos entre diferentes projetos de educação, mostrando como a EJA e a gestão democrática são frutos de lutas sociais e aparecem em fóruns, conferências e eventos nacionais e internacionais como bandeiras de participação e de direito à educação; os *sujeitos, a política pública e a escola*, compreendidos como dimensões centrais da prática democrática, em que a escola pública, gerida de modo participativo, se apresenta como espaço de ressignificação do legado da escola popular e de fortalecimento da identidade

política dos jovens e adultos das classes populares. A análise arqueológica do discurso, permitiu escavar os enunciados que sustentam essas articulações, evidenciando que tanto a EJA quanto a gestão democrática não são dadas de forma natural, mas constituídas historicamente por embate, movimentos sociais e disputas político-pedagógicas.

Na conclusão, Rodrigues (2021) afirma que os objetivos propostos foram alcançados, ao demonstrar como a gestão democrática e a EJA aparecem entrelaçadas no PME/JP como práticas discursivas que legitimam a educação pública como direito social. Além disso, a pesquisa contribuiu para o debate acadêmico no campo da pedagogia, ampliando a compreensão sobre o papel da gestão democrática na efetivação de políticas inclusivas na valorização da EJA enquanto modalidade reparadora e emancipadora. O estudo ressalta que a luta pela efetivação da gestão democrática e da EJA permanece em aberto, marcada por desafios e disputas, mas também por um legado de resistência e participação que projeta novas possibilidades para consolidação de uma educação inclusiva, crítica e transformadora.

Leal (2024) desenvolveu sua pesquisa tendo como foco central o enunciado da gestão democrática na ordem do discurso político-pedagógico, tomando como referência documentos jurídicos e normativos da educação brasileira, desde a Constituição Federal de 1988 até diretrizes e legislações complementares. A investigação, tendo como processo metodológico a análise arqueológica do discurso, permitiu identificar correlações enunciativas que estruturam a gestão democrática de educação enquanto o princípio normativo político e pedagógico.

Os resultados indicam que o enunciado da gestão democrática não se apresenta de forma isolada, mas se organiza em séries enunciativas interdependentes. Essas séries foram agrupadas em três dimensões: (1) *Legalidade política*, na qual gestão democrática é afirmada como princípio constitucional e direito fundamental vinculando-se a cidadania e a universalização da educação pública; (2) *Político-educacional*, em que o enunciado assume caráter regulatório, orientando políticas públicas e práticas institucionais voltadas para a democratização da escola; (3) *Pedagógico-escolar*, onde se evidenciam as materializações mais concretas do princípio, relacionadas à organização do trabalho pedagógico, a gestão da escola, a participação da comunidade escolar e ao fortalecimento do espaço democrático na educação básica.

Nas considerações finais, a autora aponta que os objetivos propostos foram atingidos, uma vez que foi possível: explicar as regularidades discursivas que constituem a gestão democrática enquanto o objeto de discurso; demonstrar as relações históricas, políticas e

pedagógicas que sustentam esse enunciado nos principais documentos jurídicos da educação; evidenciar que a gestão democrática, embora atravessada por disputas e diferentes interpretações, permanece como princípio estruturante do sistema educacional brasileiro, articulando dimensões legais, políticas e pedagógicas em um mesmo campo discursivo. Dessa forma, a pesquisa de Leal (2024) contribui para o campo da gestão educacional ao oferecer uma análise dos modos de constituição do enunciado da gestão democrática, reafirmando sua relevância não apenas no plano normativo, mas também como horizonte político-pedagógico para a consolidação da educação pública de qualidade social.

Cândido (2024) buscou compreender como o discurso neoliberal atua no campo da gestão educacional, investigando sua capacidade de interditar e ressignificar o enunciado da gestão democrática, prevista na Constituição de 1988 e reafirmada pela LDB de 1996. Para isso, foram analisados textos referenciais de Milton Friedman (2015) e Friedrich Hayek (1990), situando neles os fundamentos teóricos e discursivos do neoliberalismo.

Os resultados sugerem que o discurso neoliberal se organiza em torno de três eixos centrais: (1) liberdade de escolher (Friedman), que fundamenta a defesa da escola como espaço submetido à lógica da competição e da eficiência, deslocando a noção de educação como direito para um bem de consumo; (2) privatização (Hayek), que apresenta o estado interventor como ameaça à liberdade individual, o que legitima políticas de privatização e enfraquecimento da escola pública; (3) gestão educacional diante do neoliberalismo, que evidencia a introdução de práticas gerenciais baseadas na racionalidade técnica e mercadológica, que reconfiguram conceitos de descentralização, autonomia e participação, reduzindo-os a instrumentos de eficiência administrativa.

Esses achados permitem afirmar que o discurso neoliberal não apenas propõe alternativas de gestão, mas atua como condição discursiva que obstrui a emergência da gestão democrática. Ele reordena sentidos, naturaliza a mercantilização da educação e reforço à lógica do capital humano, orienta a formação de sujeitos empreendedores e autogeridos em detrimento da formação cidadão.

Na conclusão, Cândido (2024) destacou que o discurso neoliberal constitui-se como um campo ideopolítico de poder que fragiliza a gestão democrática, convertendo-a em retórica enquanto esvazia seus fundamentos participativos e coletivos. O princípio da gestão democrática, ainda que inscrito na legislação, encontra-se constantemente ameaçado por mecanismos discursivos que o ressignificam sobre a lógica do mercado. Dessa forma, a escola pública é deslocada de seu papel como espaço de cidadania e direito social para ser

concebida como organização empresarial, orientada pela competitividade e pela produtividade. Essa configuração discursiva legitima processos de privatização e racionalização da educação, tornando a gestão democrática um enunciado interditado na ordem do discurso educacional contemporâneo.

Machado (2025), em sua pesquisa, ao analisar os mecanismos discursivos neoliberais que atuam na interdição do enunciado da gestão democrática da educação, tomou como corpus de análises os textos de Azevedo (2021), Klaus (2015) e Santos et al. (2020). A partir da análise arqueológica do discurso, foram identificados enunciados de um neoliberalismo que aciona conceitos como descentralização, participação e autonomia, sob a lógica do mercado e da racionalidade gerencial

Os resultados da pesquisa apontam para mecanismos discursivos centrais: (1) *Relação entre a escola pública e a gestão cooperativa*, onde o discurso neoliberal introduz práticas de gestão associadas ao cooperativismo, que, embora aparentem estimular a participação coletiva, na prática promovem a privatização indireta e a adoção de lógicas empresariais no espaço público escolar. Esse deslocamento conduz a substituição da gestão democrática por modelos híbridos de caráter mercadológico; (2) *Educação como produtora de empreendedores*, onde o discurso neoliberal vincula a função social da escola à formação de sujeitos altos geridos e competitivos, orientados pela lógica do capital humano. A educação deixa de ser concebida prioritariamente como direito social e passa a ser instrumentalizada como ferramenta para o mercado, reforçando a ideia de empregabilidade e empreendedorismo como objetivos centrais; (3) *Gestão racional da educação*, que sob essa perspectiva a gestão educacional é reorganizada em torno de critérios de eficiência, produtividade e controle, impondo ao espaço escolar uma racionalidade técnico-burocrática que enfraquece os fundamentos políticos-pedagógicos da gestão democrática.

A seguir, são apresentados os principais resultados e conclusões das pesquisas, destacando as contribuições de cada trabalho para o campo da gestão democrática da educação.

Ano/Autor	Principais resultados	Contribuições para o campo da gestão educacional
Rodrigues (2021)	<p>a) Identificou que a correlação entre gestão democrática e EJA no PME/JP (2015–2025) se sustenta por uma rede discursiva que afirma a educação pública como direito universal.</p> <p>b) Três correlatos articuladores: conhecimento (como reparação e emancipação), interfaces político-pedagógicas (disputa de sentidos e lutas sociais) e sujeitos/política pública/escola (como práticas democráticas e de cidadania).</p> <p>c) Evidenciou que tanto a EJA quanto a gestão democrática são constituições históricas, produzidas por embates e movimentos sociais.</p>	<p>Amplia a compreensão da EJA como modalidade reparadora e emancipadora, reforça a gestão democrática como prática inclusiva e política de cidadania, contribui para o debate pedagógico sobre a democratização da escola pública.</p>
Leal (2024)	<p>a) Mapeou correlações enunciativas nos documentos jurídicos (CF/1988, LDB/1996, Parecer 07/2010, Resolução 04/2010).</p> <p>b) Identificou três dimensões do enunciado da gestão democrática: Legalidade política – princípio constitucional e direito fundamental; Político-educacional – regula políticas e práticas institucionais; Pedagógico-escolar – materializações concretas na escola e na participação da comunidade.</p> <p>c) Mostrou que o enunciado se organiza em séries enunciativas interdependentes.</p>	<p>Reafirma a gestão democrática como horizonte político-pedagógico. Oferece uma leitura arqueológica das bases legais da educação democrática. Fortalece o debate sobre a dimensão normativa e prática da gestão educacional.</p>

Cândido (2024)	<p>a) Identificou três eixos do discurso neoliberal:</p> <p>Liberdade de escolher (Friedman) – transforma educação em bem de consumo; Privatização (Hayek) – legitima a retirada do Estado; Gestão técnica e mercadológica – redefine descentralização e autonomia como eficiência administrativa.</p> <p>b) O discurso neoliberal interdita o enunciado da gestão democrática, naturalizando a mercantilização e o capital humano</p>	<p>Denuncia o poder ideopolítico neoliberal sobre o campo educacional.</p> <p>Contribui para compreender a reconfiguração discursiva da gestão democrática sob lógica de mercado.</p> <p>Reforça a necessidade de resistência crítica às práticas gerenciais.</p>
Machado (2025)	<p>a) Identificou três mecanismos discursivos neoliberais: Gestão cooperativa – privatização indireta sob aparência participativa; Educação empreendedora – formação de sujeitos autogeridos, competitivos e produtivos; Gestão racional da educação – lógica de eficiência e controle técnico-burocrático.</p> <p>b) Esses mecanismos interditam o discurso democrático e precarizam a escola pública.</p>	<p>Expõe a substituição da lógica democrática por práticas empresariais.</p> <p>Contribui para compreender a precarização e despolitização da gestão escolar.</p> <p>Alerta para os efeitos da racionalidade neoliberal na educação pública.</p>

Fonte: Repositório da UFPB

Esses achados ratificam a noção de que a ordem discursiva neoliberal produz formas de dizer sobre a gestão educacional que interditam a gestão democrática, associando-a a práticas de voluntariado, mercado e modelos corporativos. Como consequência observa-se um processo de precarização da escola pública, na medida em que as responsabilidades são transferidas para os gestores escolares sem a devida sustentação estrutural e política. Nas conclusões, Machado (2025) indica que o neoliberalismo consolidou-se como racionalidade dominante no campo educacional, reconfigurando os sentidos atribuídos à gestão escolar. A gestão democrática, embora prevista constitucionalmente, encontra-se fragilizada por

enunciados neoliberais que naturalizam a mercantilização da educação e deslocam seu caráter coletivo. Os princípios de participação, descentralização e autonomia são reapropriados pelo discurso neoliberal, perdendo seu conteúdo democrático e assumindo funções de eficiência gerencial a escola pública passa a ser atravessada por práticas empresariais, distanciando-se de seu papel de espaço de cidadania e direito social.

Os resultados das quatro pesquisas em conjunto apontam que a gestão democrática permanece em disputa discursiva. Seja no entrelaçamento com a EJA, como mostrou Rodrigues (2021), na normatividade político-pedagógica descrita por Leal (2024), ou nas interdições e ressignificações operadas pelo neoliberalismo, apontadas por Cândido (2024) e Machado (2025), o que se observa é que esse princípio não se estabiliza como dado acabado, mas se constitui e reconstitui nas tramas do discurso.

Quanto às contribuições, podemos citar que a utilização da Análise Arqueológica do Discurso, permitiu evidenciar não apenas conteúdos, mas sobretudo regularidades enunciativas, materialidades e formações discursivas que organizam dizeres sobre a gestão educacional. Com isso, cada trabalho mostrou que os enunciados sobre gestão democrática emergem de condições históricas específicas, atravessadas por disputas políticas, jurídicas e pedagógicas, e sofrem permanentes deslocamentos frente às pressões neoliberais e as demandas sociais por uma escola inclusiva e participativa.

Assim, mais do que confirmar presença da gestão democrática como princípio legal ou como ideal pedagógico, as pesquisas apontam sua natureza histórico-discursiva, marcada por tensões entre normatividade e prática, entre emancipação e mercantilização, entre resistência e captura. Esse movimento, longe de fragilizá-la, reafirma a gestão democrática como horizonte em construção, que exige permanente vigilância crítica e engajamento coletivo para se efetivar como prática educativa e política transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso buscou investigar a gestão educacional como objeto do discurso, tomando como base a produção acadêmica desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Gestão Educacional (GEPGE) da UFPB. Procurou-se compreender como diferentes pesquisas elaboradas pelo grupo entre 2021 e 2025, utilizando a Análise Arqueológica do Discurso (AAD), articularam as categorias de discurso e enunciado, contribuindo para a compreensão das dinâmicas da gestão educacional.

Os objetivos da pesquisa consistiram em conhecer os temas e problemas investigados, identificar os métodos arqueológicos utilizados e analisar os resultados e conclusões produzidas. Considera-se que esse propósito foi atingido em grande medida, uma vez que foi possível mapear a diversidade de enfoques, compreender a pertinência do método arqueológico e evidenciar os tensionamentos entre o discurso democrático e as rationalidades neoliberais que atravessam a educação.

Em relação aos resultados, cada TCC analisado ofereceu contribuições singulares: Rodrigues (2021) evidenciou as correlações enunciativas entre gestão democrática e educação dos jovens e adultos no PME de João Pessoa, reforçando a educação como direito universal; Leal (2024) demonstrou como enunciado da gestão educacional se materializa em documentos legais e pedagógicos, sustentando-se em séries enunciativas que reforçam a normatividade democrática; Cândido (2024) problematizou a negação do princípio democrático pelo discurso ideopolítico neoliberal, mostrando como a lógica do mercado fragiliza a escola pública; e Machado (2025) discutiu como o cooperativismo, empreendedorismo e racionalidade são acionados como mecanismos discursivos neoliberais para interditar o enunciado democrático. Juntas, essas produções demonstram a potência da AAD para descontar os embates discursivos em torno da gestão educacional.

Entretanto, algumas questões permanecem em aberto. Este trabalho não deu conta, e nem se propôs, por exemplo, de analisar empiricamente como esses discursos se materializam no cotidiano das escolas, tão pouco de avaliar o impacto concreto das práticas de gestão democrática em diferentes realidades sociais. Também permanece a necessidade de ampliar o diálogo entre a AAD e outras questões no campo da gestão da educação, como o financiamento, a formação continuada de gestores, a educação integral, o papel dos conselhos

escolares etc. Em suma, questões diversas no âmbito da gestão educacional podem ser pesquisadas a partir da ótica do enunciado e da AAD.

Do ponto de vista pessoal, avalio que a realização desta pesquisa representou um processo desafiador e, ao mesmo tempo, profundamente formador. As dificuldades encontradas estavam ligadas sobretudo ao domínio das categorias foucaultianas e a sistematização das análises que exigiram estudo intenso e constante diálogo com a orientação. No entanto, esses desafios se transformaram em aprendizados valiosos: aprendi a olhar criticamente para a gestão educacional, a compreender o discurso como prática social e a reconhecer a pesquisa como parte constitutiva da formação do pedagogo.

Conclui-se, assim, que este trabalho alcançou seu propósito ao contribuir para o debate acadêmico sobre a gestão democrática da educação e ao reforçar a relevância da AAD como ferramenta analítica no campo pedagógico. Mais do que respostas definitivas, deixa pistas e provocações que poderão ser retomadas em investigações futuras, reafirmando a importância da pesquisa na construção de uma escola pública crítica, participativa e socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, M. A. M. de; CARLOS, E. J. **Análise Arqueológica do Discurso**: uma alternativa de investigação na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Intersecções: Revista de Estudos sobre Práticas Discursivas e Textuais, Jundiaí, v. 11, n. 3, p. 59-75, nov. 2013. Disponível em: <...anchieta.br/unianchieta/revistas/interseccoes/ultimas_edicoes.asp>. Acesso em: 15 ago. 2025.

ALCANTARA, Marcos Angelus Miranda de. **Elementos para uma Teoria Enunciativa da Educação Popular**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017. Acesso em: 15 ago. 2025.

ALMEIDA, Edna Silva. **Os meninos do projeto e a gestão escolar**: uma análise reflexiva sobre as relações de poder em uma escola da rede estadual da Paraíba. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20582>. Acesso em: 09 de set. 2025.

BELO, Maria Samaia Ferreira. **Contribuições da extensão universitária e da educação popular à formação de gestores escolares na perspectiva da gestão democrática**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22033>. Acesso em: 08 de set. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República,. Disponível em: [\[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm\]](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.644, de 2 de agosto de 2023**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a instituição de Conselhos Escolares e de Fóruns de Conselhos Escolares. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14644.htm Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2001**. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial

da União: Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em: 15 ago. 2025.

CÂNDIDO, Danieide Silva. **O discurso ideopolítico neoliberal da negação do princípio da gestão democrática da educação.** 2024. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, João Pessoa, 2024

Dantas, Mônica Ferreira da Silva. **Atuação do gestor escolar e os desafios enfrentados no ambiente educacional.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em:
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17885>. Acesso em: 08 de set. 2025.

EGGERS, Andreia. **Administração Empresarial e a Contribuição para a Definição da Administração Escolar.** In: Querino Ribeiro: um estudo sobre a origem da administração escolar no Brasil. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. UNIOESTE, Cascavel/PR, 2016. p. 14-31. Disponível em:
https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3313/5/Andreia_Eggers2016.pdf.

EVANGELISTA, Olinda; TRICHES, Jocemara. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia:** docência, gestão e pesquisa. In: VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul (ANPED-SUL), 2008. Disponível em:
https://gepeto.ced.ufsc.br/files/2015/03/artigo.olindaejocemara_docencia_gest%C3%A3o_e_pesquisa.pdf.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As Pesquisas Denominadas “Estado Da Arte”.** Educação & Sociedade, v. 1, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/vPsychSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 de ago. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber.** Tradução: Luiz Felipe Beata Neves, 7. edd. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 149 p. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-d-a-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990. 407 p. (Ensino Superior). Tradução: Salma Tannus Muchaui.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEAL, Sabrina Bezerra. **O enunciado da gestão educacional na ordem do discurso político-pedagógico.** 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, João Pessoa, 2024

LIMA, Antônio Bosco de., PRADO, Jeovandir Campos do. & SHIMAMOTO, Simone Vieira de Melo. **Gestão Democrática, gestão gerencial e gestão compartilhada:** novos nomes velhos rumos. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. 13 f. São Paulo. abril, 2011. Disponível em:
<https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0069.pdf> Acesso em: 03 de set. 2025

LÜCK, Heloísa. Gestão Pedagógica. **Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Curitiba, PR. Editora Positivo, 2009. Disponível:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2190198/mod_resource/content/1/dimensoes_livro.pdf . Acesso em: 04 de set. 2025

MACHADO, Andréa Alice Menezes. **Cooperativismo, empreendedorismo e racionalidade como mecanismos discursivos neoliberais para interdição do enunciado da gestão democrática da educação.** 2025. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, João Pessoa, 2025

MACIEL, Beatriz de Lira. **Gestão escolar na educação de jovens e adultos:** um estudo a partir da percepção dos estagiários de pedagogia. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/29226>. Acesso em: 09 set. 2025.

MACEDO, Ana Paula dos Santos. **A interação e participação do gestor(a) e comunidade no âmbito educacional.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia a distância) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em:
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20421>. Acesso em: 08 de set. 2025.

MARQUES, Janote Pires. **A “observação participante” na pesquisa de campo em Educação.** In: Educação em Foco, ano 19 - n. 28 – mai./ago. 2016 p. 263-284. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/1221/985>. Acesso:

NETO, Antônio Cabral. **Política Educacional:** contexto e significados. In: NETO, Antônio Cabral; FRANÇA, Magna (orgs). Políticas educacionais: dimensões e perspectivas. Campinas, SP. Mercado das Letras, 2016. p. 19-54. Disponível em:
https://drive.google.com/file/d/1sIvai04p6CmsIWp5heY_bB5BrMRIEBM2/view?usp=sharing. Acesso:

PARO, Vitor Henrique. **A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública.** Vozes, 1998.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência:** diferentes concepções. In: Revista Poiesis. Disponível em:
<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542/7012> . Acesso em:

RODRIGUES, Krislânia Damascena. **A gestão democrática e a educação de jovens e adultos no Plano Municipal de Educação de João Pessoa (2015-2025): correlatos enunciativos.** 2021. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, João Pessoa, 2021

SANDER, Benno. **Gestão da educação**: concepções em disputa. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 69-80, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/102> Acesso em: 25 de jul. 2025

SANTANA, Larissa dos Santos Ferreira de. **Educação de jovens e adultos e implicações para gestão escolar**: um panorama bibliográfico. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19259>. Acesso em: 09 set. 2025.

SILVA, Lucivania da Costa. **Gestão democrática**: contribuições para uma escola pública de qualidade social. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia a distância) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19153>. Acesso em: 08 de set. 2025.

SILVA, Rosemary dos Santos Pereira. **Educação sexual como desafio à gestão escolar**: uma abordagem sob a perspectiva da educação popular. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21909>. Acesso em: 08 de set. 2025.

SOUZA, Maritonia Oliveira Barroso de. **Contribuições da Campanha de Pé no Chão também se aprende a ler no campo teórico-prático da gestão democrática da educação**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/29171>. Acesso em: 09 set. 2025.

SOUZA, Penélope Anselmo de. **Gestão na educação infantil**: os desafios e as possibilidades da gestão democrática. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27193>. Acesso em: 09 set. 2025.